



ISBRE

FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR



Relatório Anual
2018

FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - ISBRE

RELATÓRIO ANUAL DE 2018

CONSELHO DELIBERATIVO EM 31.12.2018

Tarcísio Jaime Herdt – Presidente
André Lopes Falcão
Lauro Nestor Renck
Lisiane M. Astarita de Limas
Marisa Marques de Toledo Camargo Barroso Magno
Werner Tschoeke

CONSELHO FISCAL EM 31.12.2018

Titulares

Thaís Paola Grandi - Presidente
Fernando Luiz Motta Dos Santos
Guilherme Blessmann Ferreira
Rogério Gomes Penetra

Suplentes

Andre Luis Moller
Itagibe Barbosa Lohmann
Rafael Carneiro Abrahão
Vitória Almeida Lunardelli

DIRETORIA EXECUTIVA EM 31.12.2018

Argus Ruy Guex de Oliveira
Diretor Presidente, Administrativo e de Previdência

Luiz Rogério Isotton
Diretor Financeiro e de Investimentos

Relatório publicado em 30/04/2019

Senhores Participantes e Beneficiários do ISBRE e Senhores Administradores do Patrocinador BRDE

Em obediência às disposições estatutárias, às melhores práticas de Governança e ao dever de ofício de prestar contas e dar publicidade a seus atos, a Diretoria Executiva da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE traz ao conhecimento de V.Sas. o Relatório Anual de Informações relativo ao exercício de 2018, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e dos Planos de Benefícios I e II e do Plano de Gestão Administrativa – PGA, os Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios, o Relatório do Auditor Independente, e

os pareceres do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

Informamos que o ISBRE também disponibiliza uma versão resumida do relatório anual no site da Fundação, na área de acesso restrito a seus participantes e assistidos, destacando de forma simples e objetiva os principais resultados alcançados, bem como as informações mais relevantes relativas aos seus Planos de Benefícios.

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Conjuntura Macroeconômica e de Mercado

No ano de 2018, a atividade econômica das economias desenvolvidas apresentou sinais de moderação e perda de sincronismo entre as principais regiões. A inflação, por sua vez, se manteve abaixo das metas, o que alterou a percepção de que a continuidade do processo de normalização da política monetária constituía uma ameaça iminente.

A economia americana cresceu de 2,9% no ano passado, ritmo superior ao potencial. Os indicadores do mercado de trabalho se mantiveram robustos, com geração média de 200 mil vagas por mês e taxa de desemprego em nível de pleno emprego. Contribuiu para esse desempenho o efeito do pacote de estímulo fiscal implementado pelo governo Trump no início do ano. A partir do segundo semestre, contudo, os indicadores de atividade passaram a revelar perda de ímpeto, influenciados pelo aperto das condições financeiras e pela intensificação dos efeitos da disputa comercial entre os Estados Unidos e a China. Neste contexto, o Banco Central americano (FED), que já havia elevado a taxa de juros em quatro ocasiões ao longo do ano, promoveu importante mudança de discurso, indicando que a continuidade do processo de normalização da política monetária se daria de forma mais gradual.

Na Europa, a atividade econômica desapontou desde o início do ano, mostrando desempenho aquém do

observado em 2017, reflexo do efeito do acirramento das disputas comerciais sobre as exportações líquidas para a China, bem como de questões específicas em diferentes países da região, dentre as quais cabe destacar: a disputa da Itália sobre a implementação de meta fiscal em desacordo com as regras da zona do euro, a perda de sustentação política de Angela Merkel na Alemanha, a redução do ímpeto reformista de Emmanuel Macron frente a diminuição da popularidade e da ascensão dos protestos ocorridos na França e a frustração da aprovação pelo parlamento inglês dos termos do acordo entre o Reino Unido e a União Europeia (Brexit). A discrepância em termos do desempenho da economia europeia em comparação ao da economia americana condicionou a execução da política monetária do BCE, bem como frustrou a performance do euro frente ao dólar ao longo do ano. Tendo em vista que a inflação se manteve em patamar aquém do esperado, o BCE também postergou até o final do ano o término do seu programa de compra de títulos, da ordem de 30 bilhões de euros por mês.

A economia chinesa também teve contribuição relevante para a mudança de perspectiva em relação ao ritmo do crescimento econômico global em 2018. O governo chinês havia iniciado o ano dando seguimento ao processo de modernização de políticas públicas e de contenção da expansão do crédito, buscando sobretudo corrigir distorções presentes neste mercado,

principalmente em segmentos a margem da jurisdição do Banco Central da China (PBOC). Tal fato, somado à escalada do protecionismo comercial adotado pelos EUA, causou desaceleração maior do que a esperada da atividade econômica chinesa, com forte impacto sobre a confiança, levando às autoridades a lançarem, desde o segundo trimestre do ano, medidas de aumento de liquidez, corte de depósitos compulsórios e depreciação relevante do câmbio. O risco de queda abrupta da economia chinesa também pesou sobre os preços das commodities, afetando também as perspectivas para as economias emergentes.

No Brasil, mais uma vez, a atividade econômica frustrou as expectativas no ano passado, ao apresentar crescimento de 1,1%. Contribuíram para o resultado os efeitos diretos e indiretos decorrentes da greve dos caminhoneiros, a continuidade do processo de desalavancagem das famílias e empresas, a lenta recuperação do crédito, a execução de política fiscal e creditícia restritiva por parte do governo, bem como e não menos importante, o ambiente de elevada incerteza eleitoral vigente. Cabe salientar que a dinâmica eleitoral teve forte influência na formação de preços de ativos, ocasionando importante perda de aderência dos preços de ativos aos fundamentos de ordem econômica e até mesmo disfuncionalidade em alguns momentos. Após as eleições, verificou-se importante correção de preços de ativos, tendo em vista o sentimento de mudança e a expectativa de avanço na gestão da política econômica e na agenda de reformas estruturais.

O elevado nível de ociosidade presente na economia, que opera com hiato do produto superior a 4%, fez a inflação ao consumidor acumular 3,7% no ano passado, se situando novamente abaixo do limite inferior da meta de inflação. Tal dinâmica inflacionária permitiu ao Banco Central dar continuidade ao ciclo de redução da taxa básica de juros, que encerrou o ano em 6,50% a.a., se situando em patamar considerado estimulativo, em nível inferior à taxa de juros real neutra, entendida como aquela sustentável no longo prazo sem a geração de inflação e/ou de desequilíbrios no balanço de pagamentos.

Cabe salientar, contudo, que a manutenção da taxa de juros em patamar historicamente baixo está condicionada à consecução das reformas estruturais,

em particular a reforma da previdência. De mesma forma, o nível de preços de ativos vigente só se justifica pela confiança do mercado na capacidade do governo de estabilizar a relação dívida/PIB no médio prazo, o que pressupõe a consecução das reformas por parte do governo.

Em termos de precificação de ativos, os índices de mercado que referenciam as principais classes de ativos de risco domésticos apresentaram ótimo desempenho no ano passado, refletindo a melhora das condições macroeconômicas e de mercado descritas acima. No mercado de taxas de juros, o IRF-M (Índice de Renda Fixa da Anbima), que referencia o desempenho dos títulos prefixados, acumulou rentabilidade de 10,73%, enquanto o IMA-B (Índice de Mercado da Anbima – Série B), que referencia o desempenho dos títulos indexados à inflação, apresentou rentabilidade de 13,06% no ano passado. O CDI, por sua vez, acumulou rentabilidade de 6,42% no mesmo período. No mercado de ações, o desempenho foi ainda melhor, com o Índice Ibovespa acumulando rentabilidade de 15,03% e, no mercado de moedas, o dólar se valorizou 17,13% em relação ao real em 2017.

Desempenho Econômico Financeiro

O Plano de Benefícios I - PB I encerrou o exercício de 2018 com Patrimônio de Cobertura de R\$ 994,5 milhões, sendo R\$ 796,0 milhões referentes às Reservas Matemáticas previstas para o pagamento de benefícios e R\$ 194,7 milhões de superávit acumulado. A rentabilidade do Plano em 2018 foi de 12,89%, correspondendo a 168,3% da meta atuarial no período. Deste resultado, 62,8% adveio do aproveitamento de oportunidades no mercado de taxas de juros reais e nominais com marcação a mercado. Ainda no segmento de renda fixa, 20,8% resultou da posição aplicada em títulos indexados à inflação marcados na curva e 7,6% em ativos atrelados à taxa de juros pós-fixadas. Os investimentos realizados no segmento de renda variável explicaram 7,6% do resultado. Por fim, os investimentos realizados pela Entidade em participações, imóveis e empréstimos a participantes contribuíram com 0,0%, 0,9% e 0,3% do resultado dos investimentos, respectivamente.

O Plano de Benefícios II - PB II encerrou o exercício de 2018 com Patrimônio de Cobertura de R\$ 107,6 milhões, com R\$ 106,9 milhões de Reservas

Matemáticas previstas para o pagamento de benefícios e R\$ 0,7 milhões de superávit acumulado relativo à parcela de benefícios concedidos do Plano. A rentabilidade do Plano em 2018 foi de 12,74%, correspondendo a 159,4% da meta atuarial e 198,4% da taxa CDI no período. Deste resultado, 75,9% adveio do aproveitamento de oportunidades no mercado de taxas de juros reais e nominais com marcação a mercado. Ainda no segmento de renda fixa, 10,2% resultou da posição aplicada em títulos indexados à inflação marcados na curva e 7,6% em ativos atrelados à taxa de juros pós-fixadas. Os investimentos realizados no segmento de renda variável explicaram aproximadamente 4,6% do resultado. Por fim, os investimentos realizados pela Entidade em participações, imóveis e empréstimos a participantes contribuíram com 0,0%, 0,3% e 1,4% do resultado dos investimentos, respectivamente.

O Plano de Gestão Administrativa apresentou rentabilidade de 8,93% no ano de 2018, correspondendo a 139,1% do CDI, sendo que o PGA mantém alocação somente no Segmento de Renda Fixa.

Gestão Previdencial

No primeiro semestre de 2018, encerrou-se o Programa de Estímulo à Demissão Voluntária (PEDV) do Patrocinador Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE iniciado em 2017. Durante este período, a Diretoria Executiva e o corpo funcional da Fundação estiveram fortemente empenhados em atender, orientar e conceder os benefícios de aposentadoria aos novos assistidos.

No ano de 2018, foram concedidas 39 aposentadorias no Plano de Benefícios I, que pagou R\$ 66,8 milhões em benefícios e recebeu contribuições de R\$ 17 milhões. Em observância à legislação vigente, este foi o primeiro exercício em que houve a constituição de Reserva Especial no Plano, em valor equivalente a 4,09% das Provisões Matemáticas.

Também em 2018, foi realizada a atualização do Regulamento do Plano de Benefícios I, cuja última alteração havia ocorrido em 2007. As alterações realizadas visam em essência adequar o Plano de Benefícios às novas situações que vêm sendo estabelecidas pela legislação da Previdência Complementar, bem como melhorar a organização e o

enunciado do texto regulamentar. Após terem sido aprovadas pelo Conselho Deliberativo, homologadas pelo Patrocinador BRDE e comunicadas aos participantes em setembro de 2018, a proposta de alteração regulamentar foi encaminhada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC que a aprovou em 08/04/2019, conforme Portaria nº 276, publicada no DOU nº 70, de 11/04/2019.

O Plano de Benefícios II continuou a receber novas adesões, atingindo, ao final do ano, o número de 353 participantes ativos, com a adesão de 13 novos participantes e um nível de adesão de 93%. Em 2018, também foi concedida a segunda aposentadoria programada do Plano. O aporte de contribuições ao Plano atingiu o montante de R\$ 10,5 milhões, refletindo um crescimento de 9,6% sobre o ano anterior, e os benefícios pagos foram de R\$ 811,5 mil.

Tendo por base o resultado dos estudos de adequação das hipóteses atuariais do Planos de Benefícios I e II realizados em 2018, foram mantidas as premissas vigentes no Plano de Benefícios I e, no Plano de Benefícios II, foi alterado o parâmetro diferença de idade entre cônjuges para composição familiar de pensionistas dos Ativos, sendo mantidas as demais premissas vigentes.

Governança Corporativa

Em agosto de 2018, o ISBRE adotou pela primeira vez um sistema eletrônico de votação por meio da internet, com o objetivo de facilitar a participação eleitoral dos participantes que não se encontram nas dependências do Patrocinador BRDE na data da eleição, especialmente dos participantes assistidos e daqueles que estão em viagem.

As eleições com votos acolhidos exclusivamente pelo sistema eletrônico de votação ocorreram no período de 28 a 30 de agosto de 2018 e foi destinada à escolha dos representantes dos Participantes Ativos e Assistidos no Conselho Fiscal, resultando em uma participação geral de 57% do grupo de participantes. Nessas eleições foram eleitos como representantes dos Participantes Ativos no Conselho Fiscal os colegas Guilherme Blessmann Ferreira, como conselheiro titular, e André Luis Möller, como conselheiro suplente, e como representantes dos Participantes Assistidos no

Conselho Fiscal foram eleitos os colegas Fernando Luiz Motta dos Santos, como conselheiro titular, e Itagibe Barbosa Lohmann, como conselheiro suplente, os quais tomaram posse em 16 de outubro.

Além da eleição realizada em agosto, em 14 de junho de 2018, tomou posse no Conselho Fiscal, como representante do Patrocinador BRDE, o colega Rogério Gomes Penetra e, em 04 de julho, tomou posse no Conselho Deliberativo o colega Lauro Nestor Renck, eleito como representante dos Participantes.

No âmbito da Diretoria Executiva, em 13 de dezembro de 2018, o Conselho Deliberativo nomeou, o Sr. Carlos Renato Salami, participante do Plano de Benefícios II e Gerente Financeiro e de Investimentos do ISBRE desde 2005, para assumir o cargo de Diretor Financeiro e de Investimentos do ISBRE a partir da data de encerramento do mandato do atual Diretor, Sr. Luiz Rogério Isotton, em março de 2019. Considerando que o Diretor Financeiro e de Investimentos é o membro da Diretoria Executiva designado como Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ, responsável pela gestão, alocação, supervisão, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores dos planos, o processo de habilitação junto à

Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, na forma da regulamentação em vigor, foi concluído previamente à posse do diretor nomeado, o que ocorreu em 18 de março de 2019.

Ainda do ponto de vista da governança corporativa, o ISBRE promoveu, em dezembro de 2018, uma nova edição do Seminário de Conselheiros, que visou o aprimoramento e o nivelamento de conhecimentos relacionados à gestão contábil e de auditoria e à gestão de investimentos.

Agradecimentos

A Diretoria Executiva agradece a confiança dos Participantes e Assistidos, a orientação e diligente atuação dos Conselheiros e Conselheiras integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e dos membros do Comitê de Investimentos, além do indispensável e comprometido apoio do Patrocinador BRDE, por sua Administração e corpo gerencial. Agradece também a dedicação, a competência e o compromisso dos funcionários do ISBRE, que não medem esforços para o bom desempenho da Fundação no cumprimento de sua missão.

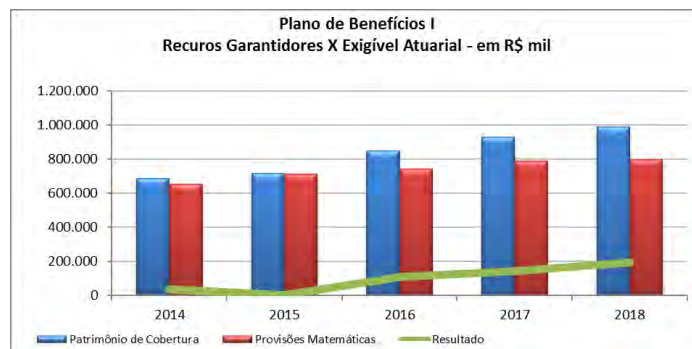
PLANO DE BENEFÍCIOS I – BD

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Evolução dos Recursos Garantidores e do Exigível Atuarial – PB I

em R\$ mil

Ano	Patrimônio de Cobertura	Provisões Matemáticas	Resultado
2014	687.950	652.772	35.178
2015	716.786	713.724	3.062
2016	849.847	743.451	106.396
2017	930.927	788.123	142.804
2018	990.717	796.040	194.677



Em observância à legislação vigente (Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, e suas alterações posteriores e regulamentação conexa), dado os bons resultados acumulados, foi o primeiro exercício em que houve a constituição de Reserva Especial no Plano, em valor equivalente a 4,09% das Provisões Matemáticas.

Demonstração do Ativo Líquido – PB I

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

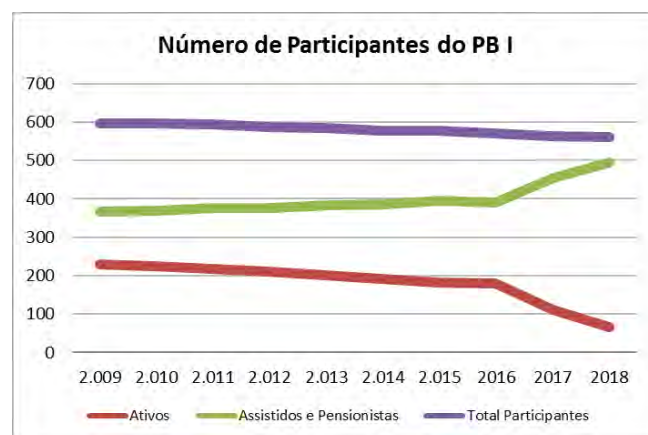
em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição %
1. Ativos	1.003.087	941.374	6,56
Disponível	10	3	233,33
Recebível	6.214	5.270	17,91
Investimento	<u>996.863</u>	<u>936.101</u>	6,49
Ações	174	208	(16,35)
Fundos de Investimento	975.210	914.021	6,69
Investimentos Imobiliários	15.760	16.185	(2,63)
Empréstimos	5.719	5.687	0,56
2. Obrigações	8.607	7.930	8,54
Operacional	1.955	1.904	2,68
Contingencial	6.652	6.026	10,39
3. Fundos não Previdenciais	2.983	2.067	44,32
Fundo Administrativo	2.983	2.067	44,32
4. Ativo Líquido (1-2-3)	991.497	931.377	6,45
Provisões Matemáticas	796.040	788.123	1,00
Superávit/Déficit Técnico	194.677	142.804	36,32
Fundos Previdenciais	780	450	73,33
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado	194.677	142.804	36,32
b) Ajuste de Precificação	56.979	52.623	8,28
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	251.656	195.427	28,77

GESTÃO PREVIDENCIAL

População Amparada pelo Plano de Benefícios I

Ano	Participantes		Total de Participantes
	Ativos	Assistidos e Pensionistas	
2009	229	367	596
2010	225	370	595
2011	218	375	593
2012	210	377	587
2013	200	384	584
2014	192	386	578
2015	181	395	576
2016	180	391	571
2017	110	454	564
2018	67	494	561



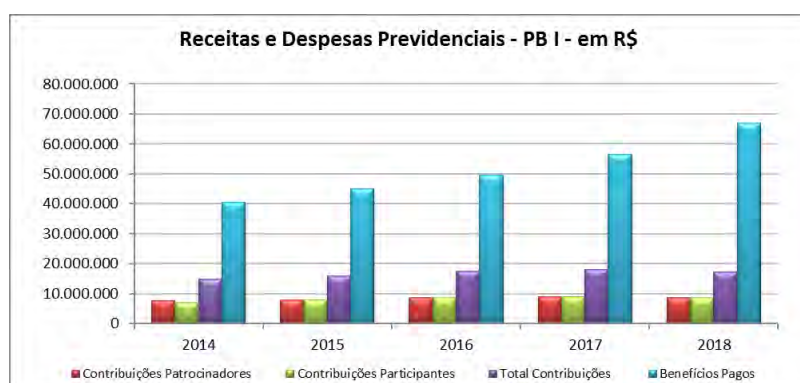
Os dados apresentados refletem a posição em 31 de dezembro de cada ano. Para fins de tabulação da quantidade de participantes, a partir de 2015, os participantes em auxílio-doença passaram a ser classificados como “participantes assistidos”. Como pensionistas estão sendo considerados todos aqueles beneficiários assistidos em gozo do benefício de pensão. A diferença entre o número de participantes ativos informado na tabela acima e aquele informado nas Notas Explicativas, decorre da classificação dos participantes em gozo do benefício de auxílio-doença.

Em 31.12.2018, o grupo de assistidos era composto por 376 aposentados por tempo de contribuição, 7 aposentados por idade, 13 aposentados por invalidez, 2 aposentados por benefício proporcional diferido, 92 pensionistas e 4 participantes em auxílio-doença. Como dependentes inscritos para fins do benefício de pensão constavam 404 pessoas e como designados indicados exclusivamente para fins de pecúlio, 254 pessoas.

Receita de Contribuição e Benefícios Pagos – PB I

Em R\$

Ano	Receita de Contribuição			Benefícios Pagos	Rec. de Contrib. / Benef. Pagos
	Patrocinador	Participantes	Total		
2014	7.752.200	7.068.200	14.820.400	40.497.200	36,60%
2015	7.872.200	8.030.750	15.902.950	45.081.800	35,28%
2016	8.717.100	8.721.700	17.438.800	49.556.600	35,19%
2017	9.023.200	9.029.000	18.052.200	56.454.200	31,98%
2018	8.588.100	8.594.100	17.182.200	66.868.800	25,70%



A constante diminuição do número de participantes ativos e o aumento do número de participantes assistidos são características que revelam o estágio de maturidade do Plano de Benefícios I. A relação entre o fluxo de receita de contribuições e o fluxo de pagamento de benefícios é menor a cada ano que passa, situação absolutamente normal em um plano maduro e fechado a novos participantes.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO PB I

A carteira de investimentos do Plano de Benefícios I apresentou a seguinte alocação por segmento de investimento, estando em conformidade com a Política de Investimentos aprovada para o exercício e com a legislação em vigor.

Segmentos	Alocação		Limites Máximos	
	Junho/18	Dezembro/18	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	80,99%	79,70%	90%	100%
Renda Variável	6,73%	8,59%	20%	70%
Estruturado	10,03%	9,56%	15%	20%
Imobiliário	1,70%	1,58%	3%	20%
Operações com Participantes	0,55%	0,57%	2%	15%
Exterior	0,00%	0,00%	3%	10%

Composição e Custos de Gestão Terceirizada da Carteira em Mercado do PB I

Em 31.12.2018, o Plano de Benefícios I contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

Investimentos	Valor (Em R\$)	Participação
Segmento de Renda Fixa	895.266.597,13	91,80%
Fundos de Renda Fixa	527.520.332,14	54,09%
FI Minuano Renda Fixa	143.698.124,52	14,74%
FI Xavante Renda Fixa	383.822.207,62	39,36%
Fundos Multimercado com Renda Variável	367.746.264,99	37,71%
Bahia AM Charrua FI Multimercado	367.746.264,99	37,71%
Segmento de Renda Variável	27.370.886,66	2,81%
Fundos de Investimento em Ações - FIAs	27.370.886,66	2,81%
Ibiuna EQ 30 FIC FIA	5.352.888,07	0,55%
Oceana Valor FIA	1.365.242,92	0,14%
Oceana Selection FIA	6.594.724,64	0,68%
Oceana Valor 30 FIC FIA	2.830.133,42	0,29%
Bradesco Selection FI Ações	7.853.712,28	0,81%
Santander Seleção 30 FIC Ações	3.374.185,33	0,35%
Segmento Estruturado	52.572.844,85	5,39%
Fundos de Investimentos em Participações - FIPs	3.169.354,83	0,32%
Brasil Energia Renovável FIP Multiestratégia	3.169.354,83	0,32%
Fundos de Investimentos Multimercado - FIM e FICFIM	49.403.490,02	5,07%
SPX Nimitz Estrut. FICM	21.612.682,22	2,22%
Kapitalo Kappa FIN FICM	2.681.540,68	0,27%
Adam Macro Strategy II FICM	2.503.476,37	0,26%
Adam Macro II FICFIM	22.605.790,75	2,32%
Total de Ativos da Carteira em Mercado	975.210.328,64	100,00%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-2.574,15	0,00%
Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado	975.207.754,49	100,00%

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE, é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos (posicionamento) quanto para preservação patrimonial (*hedge*), observados, contudo, os limites legais. No ano de 2018, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, ações e câmbio com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

Na tabela abaixo são apresentados os custos da gestão terceirizada dos fundos de investimento que compõem a carteira em mercado do PB I:

Fundos	Retorno Líquido 01/01/18 a 31/12/18	Retorno Bruto 01/01/18 a 31/12/18	Taxa de Administração a.a.	Taxa de Performance	Índice de Performance
FI Minuano Renda Fixa	13,72%	13,79%	0,06%	Não possui	Não possui
FI Xavante Renda Fixa	9,85%	9,91%	0,06%	Não possui	Não possui
Bahia AM Charrua FI Multimercado	17,20%	17,66%	0,40%	Não possui	Não possui
JGP Long Only Inst. FI Ações ⁽¹⁾	-7,98%	-6,72%	2,75%	Não possui	Não possui
Ibiuna EQ 30 FIC FIA	15,70%	17,99%	1,96%	20,00%	IBX
Oceana Valor FIA	18,96%	21,37%	2,00%	20,00%	IBX
Oceana Selection FIA	14,71%	17,04%	2,00%	20,00%	Ibovespa
Oceana Valor 30 FIC FIA	18,83%	21,24%	2,00%	20,00%	IBX
Bradesco Selection FI Ações ⁽²⁾	21,76%	22,65%	1,50%	Não possui	Não possui
Santander Seleção 30 FIC Ações ⁽³⁾	19,06%	20,22%	2,00%	20,00%	Ibovespa
Brasil Energia Renovável FIP Multiestratégia	2,16%	2,25%	0,08%	20,00%	IPCA + 8% a.a.
SPX Nimitz Estrut. FICM	3,65%	4,38%	0,70%	20,00%	CDI
Kapitalo Kappa FIN FICM ⁽⁴⁾	7,26%	9,14%	2,00%	20,00%	CDI
Adam Macro Strategy II FICM ⁽⁵⁾	0,14%	1,79%	1,90%	20,00%	CDI
Adam Macro II FICFIM ⁽⁶⁾	1,24%	1,35%	1,90%	20,00%	Não possui

⁽¹⁾ Retorno acumulado até 29/06/2018.

⁽²⁾ Retorno acumulado a partir de 06/07/2018.

⁽³⁾ Retorno acumulado a partir de 06/07/2018.

⁽⁴⁾ Retorno acumulado a partir de 20/02/2018.

⁽⁵⁾ Retorno acumulado a partir de 22/02/2018.

⁽⁶⁾ Retorno acumulado a partir de 12/12/2018.

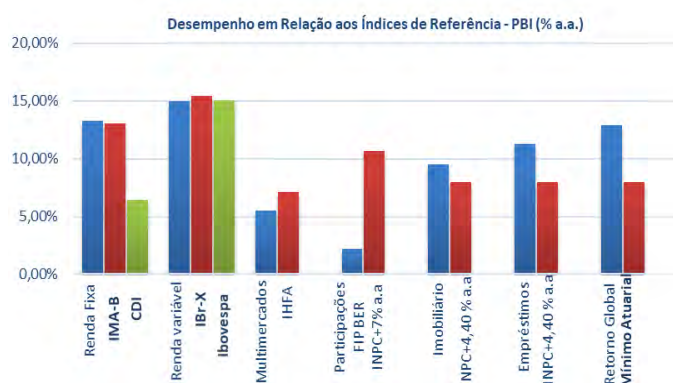
Performance dos Investimentos do PB I

A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios I foi de 12,89% no ano, diante da meta atuarial de 7,99% e a taxa CDI acumulada no período de 6,42%.

As rentabilidades por segmento de investimento e dos respectivos índices de referência são apresentadas na tabela e no gráfico a seguir.

Segmento	Plano de Benefícios I		
	Índice de Referência/ Meta Atuarial		Rentabilidade Bruta em 2018 ⁽¹⁾
	Índice	Varição em 2018	
Renda Fixa	IMA-B	13,06%	13,25%
Renda Variável	IBrX	15,42%	14,94%
Multimercados ¹⁾	IHFA	7,09%	5,50%
Participações - FIP	INPC + 7%	10,67%	2,16%
Imobiliário	INPC + 4,40%	7,99%	9,47%
Empréstimos a Participantes	INPC + 4,40%	7,99%	11,31%
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	INPC + 4,40%	7,99%	5,48%
Total			12,89%

⁽¹⁾ Rentabilidade bruta da taxa de administração do Plano.

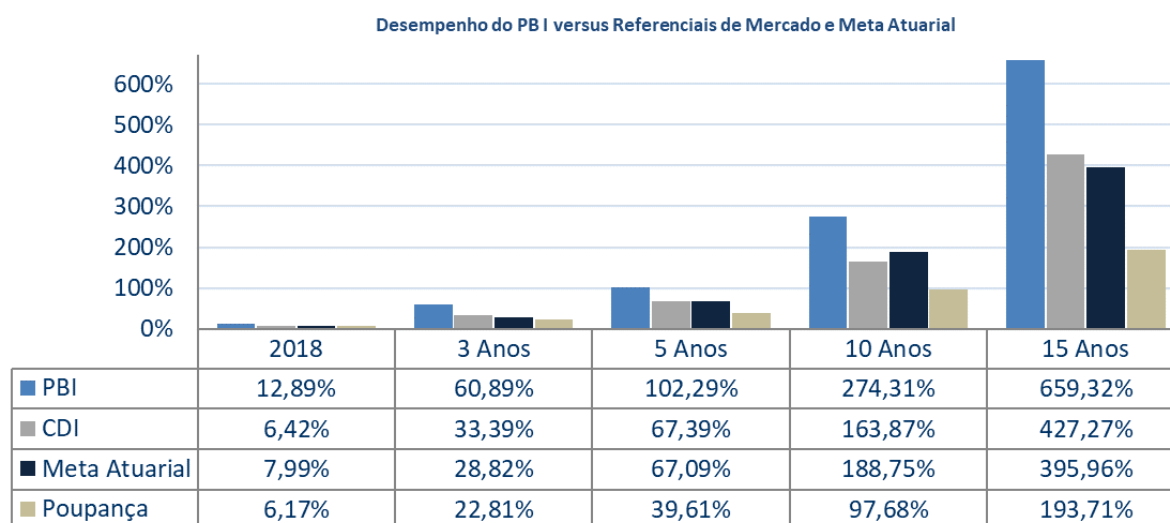


Importante registrar que, de acordo com o Plano de Custeio do PB I para 2018, aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE, incide sobre o patrimônio deste plano uma taxa de administração de 0,5% a.a., que é transferida para custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA. Assim, para se obter as rentabilidades líquidas por segmento de aplicação do PB I é necessário subtrair este percentual das rentabilidades brutas indicadas na tabela acima.

A tabela abaixo apresenta a rentabilidade auferida pelo Plano de Benefícios I nos cinco exercícios anteriores, de forma acumulada e por exercício.

Plano de Benefícios I	2014	2015	2016	2017	2018	Acumulada 5 anos
Rentabilidade	14,52%	9,79%	24,07%	14,87%	12,89%	102,29%

Nos últimos quinze anos, o Plano de Benefícios I obteve retorno médio anual de 14,47% a.a., equivalente à inflação (INPC) acumulada acrescida de retorno médio anual real de 8,45% a.a.



CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PB I

Os custos globais de administração do Plano de Benefícios I, compreendendo os custos com a gestão administrativa e previdencial e com a gestão de investimentos, estão detalhados a seguir.

Despesas com a Administração Previdencial

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/18	2º Sem/18	12 meses
Pessoal e Encargos	919.579	960.407	1.879.986
Dirigentes	333.504	313.611	647.115
Pessoal Próprio	586.075	646.796	1.232.871
Treinamentos/Congressos e Seminários	7.865	21.479	29.344
Viagens e Estádias	5.589	4.419	10.008
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	122.425	142.820	265.245
Auditoria	12.237	12.256	24.492

Despesas com a Administração Previdencial

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/18	2º Sem/18	12 meses
Assessoria Jurídica	18.667	18.600	37.267
Assessoria Atuarial	47.991	48.138	96.129
Outras Consultorias	43.530	63.827	107.357
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	78.249	76.667	154.916
Amortizações e Depreciações	22.883	21.813	44.696
Tributos	169.291	187.545	356.836
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.325.881	1.415.149	2.741.030

Despesas com a Administração de Investimentos

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/18	2º Sem/18	12 Meses
Pessoal e Encargos	<u>1.042.747</u>	<u>1.107.610</u>	<u>2.150.356</u>
Dirigentes	244.322	282.138	526.460
Pessoal Próprio	798.425	825.472	1.623.897
Treinamentos/Congressos e Seminários	8.854	23.225	32.079
Viagens e Estádias	11.052	13.415	24.466
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)	<u>164.742</u>	<u>247.431</u>	<u>412.173</u>
Auditoria	12.237	12.255	24.492
Consultoria Jurídica	18.667	18.600	37.267
Bloomberg	39.761	51.085	90.846
Luz Engenharia Ltda	33.697	33.935	67.632
Monte Carlo Consultoria Financ. e Empres. Ltda	0	50.848	50.848
Paramita Tecnologia Consultoria Financeira Ltda	16.890	16.569	33.458
Outras Consultorias	43.491	64.139	107.630
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	84.604	84.238	168.842
Amortizações e Depreciações	22.883	21.813	44.696
Tributos	15.000	15.000	30.000
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.349.881	1.512.732	2.862.613

Custo Global da Administração

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/18	2º Sem/18	12 Meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.325.881	1.415.149	2.741.030
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.349.881	1.512.732	2.862.613
C) Total das Despesas Administrativas	2.675.763	2.927.880	5.603.643
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	958.709.403	968.988.063	963.848.733
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,14%	0,15%	0,28%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,14%	0,16%	0,30%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,28%	0,30%	0,58%

No exercício de 2018, o custo global de gestão do PB I, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas de Investimentos foi equivalente a 0,58% do montante médio de recursos garantidores sob gestão, sendo 0,28% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,30% o custo relativo à gestão de investimentos.

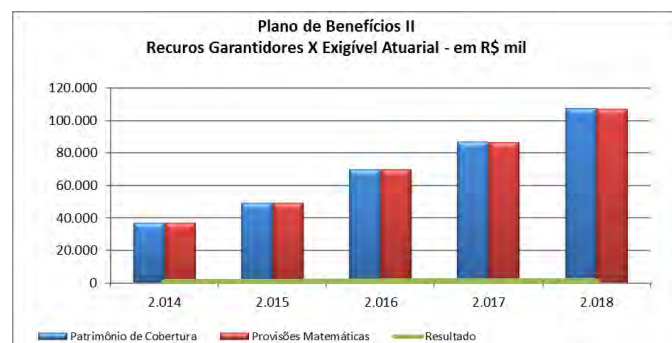
PLANO DE BENEFÍCIOS II – CV

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Evolução dos Recursos Garantidores e do Exigível Atuarial – PB II

em R\$ mil

Ano	Patrimônio de Cobertura	Provisões Matemáticas	Resultado
2014	37.030	37.019	11,00
2015	49.154	49.154	-
2016	69.929	69.601	328
2017	87.031	86.629	402
2018	107.568	106.917	651



Demonstração do Ativo Líquido – PB II

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

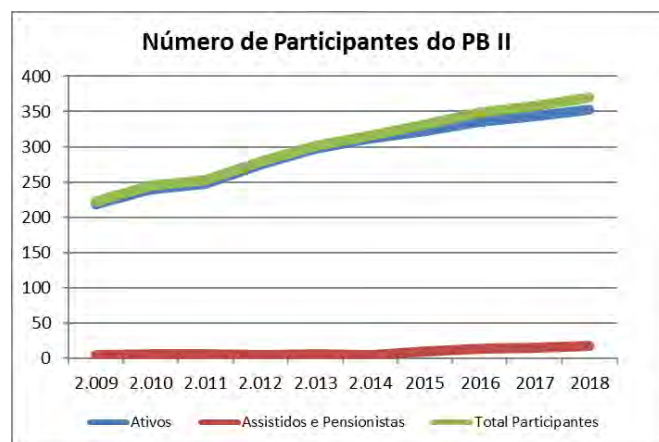
em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Varição %
1. Ativos	116.051	94.495	22,81
Disponível	16	5	220,00
Recebível	1.751	1323	32,35
Investimento	<u>114.284</u>	<u>93.167</u>	22,67
Ações	14	17	(17,65)
Fundos de Investimento	110.404	89.634	23,17
Investimentos Imobiliários	587	604	(2,81)
Empréstimos	3.279	2.912	12,60
2. Obrigações	134	111	20,72
Operacional	134	111	20,72
3. Fundos não Previdenciais	1.750	1.323	32,28
Fundo Administrativo	1.750	1.323	32,28
4. Ativo Líquido (1-2-3)	114.167	93.061	22,68
Provisões Matemáticas	106.917	86.629	23,42
Superávit/Déficit Técnico	651	402	61,94
Fundos Previdenciais	6.599	6.030	9,44
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado	651	402	61,94
b) Ajuste de Precificação	423	344	22,97
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	1.074	746	43,97

GESTÃO PREVIDENCIAL

População Amparada pelo Plano de Benefícios II

Ano	Participantes		Total de Participantes
	Ativos	Assistidos e Beneficiários	
2009	219	4	223
2010	240	5	245
2011	247	6	253
2012	275	4	279
2013	297	5	302
2014	312	4	316
2015	323	9	332
2016	336	13	349
2017	343	15	358
2018	353	17	370



Os dados apresentados refletem a posição em 31 de dezembro de cada ano. Assim como no PBI, para fins de tabulação da quantidade de participantes, a partir de 2015, os participantes em auxílio-doença passaram a ser classificados como “participantes assistidos”. Como pensionistas estão sendo considerados todos aqueles beneficiários assistidos em gozo do benefício de pensão. A diferença entre o número de participantes ativos informado na tabela acima e aquele informado nas Notas Explicativas, decorre da classificação dos participantes em gozo do benefício de auxílio-doença.

Em 31.12.2018, o grupo de assistidos era composto por duas aposentadorias programadas e 15 pensionistas, que recebem a pensão legada por cinco participantes falecidos. Como dependentes inscritos para fins do benefício de pensão constavam 538 pessoas.

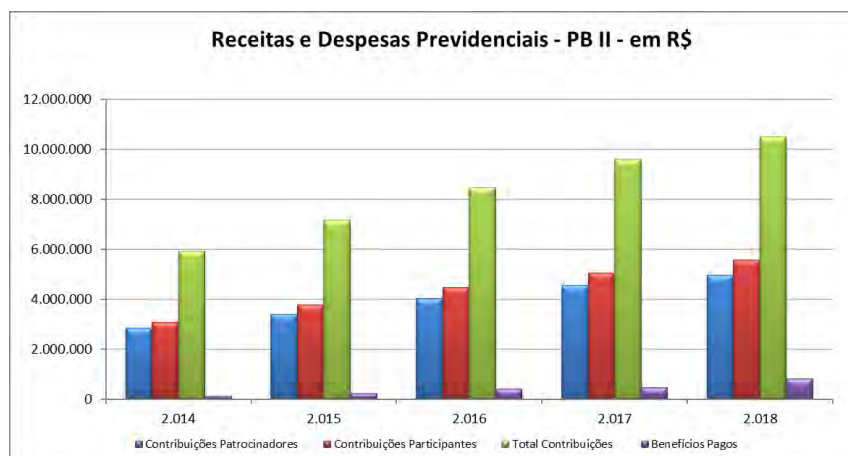
No grupo de ativos, está sendo considerado o participante em período de espera do Benefício Proporcional Diferido.

Receita de Contribuição e Benefícios Pagos - PB II

Em R\$

Ano	Receita de Contribuição			Benefícios Pagos
	Patrocinador	Participantes	Total	
2014	2.837.100	3.078.800	5.915.900	109.700
2015	3.395.400	3.765.000	7.160.400	227.800
2016	4.022.200	4.459.500	8.481.700	410.300
2017	4.545.300	5.042.800	9.588.100	451.700
2018	4.946.000	5.559.500	10.505.500	811.500

Nos valores informados acima não estão sendo considerados os resgates e as portabilidades recebidas e cedidas. Em 2018, verificou-se a saída de recursos no montante de R\$76,3 mil a título de portabilidade cedida e resgate, e o ingresso de R\$20,5mil a título de portabilidade recebida.



GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO PB II

A carteira de investimentos do Plano de Benefícios II apresentou a seguinte alocação por segmento de investimento, estando em conformidade com a Política de Investimentos aprovada para o exercício e com a legislação em vigor.

Segmentos	Alocação		Limites Máximos	
	Junho/18	Dezembro/18	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	81,77%	82,10%	90%	100%
Renda Variável	5,23%	6,36%	20%	70%
Estruturado	9,33%	8,15%	15%	20%
Imobiliário	0,60%	0,51%	3%	20%
Operações com Participantes	3,03%	2,87%	15%	15%
Exterior	0,00%	0,00%	3%	10%

Composição e Custos de Gestão Terceirizada da Carteira em Mercado do PB II

Em 31.12.2018, o Plano de Benefícios II contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

Investimentos	Valor (Em R\$)	Participação
Segmento de Renda Fixa	102.129.983,59	92,51%
Fundos de Renda Fixa	71.834.791,97	65,07%
FI Minuano Renda Fixa	37.206.909,54	33,70%
FI Caingangue Renda Fixa	34.627.882,43	31,36%
Fundos Multimercado com Renda Variável	30.295.191,62	27,44%
Bahia AM Charrua FI Multimercado	30.295.191,62	27,44%
Segmento de Renda Variável	2.469.728,54	2,24%
Fundos de Investimento em Ações - FIAs	2.469.728,54	2,24%
Ibiuna EQ 30 FIC FIA	477.067,84	0,43%
Oceana Valor FIA	116.817,30	0,11%
Oceana Selection FIA	574.317,03	0,52%
Oceana Valor 30 FIC FIA	234.604,03	0,21%
Bradesco Selection FI Ações	810.941,45	0,73%
Santander Seleção 30 FIC Ações	255.980,89	0,23%
Segmento Estruturado	5.804.105,88	5,26%
Fundos de Investimentos em Participações - FIPs	261.093,66	0,24%
Brasil Energia Renovável FIP Multiestratégia	261.093,66	0,24%

Investimentos	Valor (Em R\$)	Participação
Fundos de Investimentos Multimercado - FIM e FICFIM	5.543.012,23	5,02%
SPX Nimitz Estrut. FICM	2.809.648,69	2,54%
Kapitalo Kappa FIN FICM	450.498,83	0,41%
Adam Macro Strategy II FICM	420.584,03	0,38%
Adam Macro II FICFIM	1.862.280,68	1,69%
Total de Ativos da Carteira em Mercado	110.403.818,01	100,00%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-33,36	0,00%
Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado	110.403.784,65	100,00%

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos (posicionamento) quanto para preservação patrimonial (hedge), observados, contudo, os limites legais. No ano de 2018, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, ações e câmbio com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

Na tabela abaixo são apresentados os custos da gestão terceirizada dos fundos de investimento que compõem a carteira em mercado do PB II, representados pelo diferencial entre os retornos bruto e líquido:

Fundos	Retorno Líquido 01/01/2018 a 31/12/2018	Retorno Bruto 01/01/2018 a 31/12/2018	Taxa de Administração a.a	Taxa de Performance	Índice de Performance
FI Minuano Renda Fixa	13,72%	13,79%	0,06%	Não possui	Não possui
Caingangue FI Renda Fixa	9,18%	9,21%	0,06%	Não possui	Não possui
Bahia AM Charrua FI Multimercado	17,20%	17,66%	0,40%	Não possui	Não possui
JGP Long Only Inst. FI Ações ⁽¹⁾	-7,98%	-6,72%	2,75%	Não possui	Não possui
Ibiuna EQ 30 FIC FIA	15,70%	17,99%	1,96%	20,00%	IBX
Oceana Valor FIA	18,96%	21,37%	2,00%	20,00%	IBX
Oceana Selection FIA	14,71%	17,04%	2,00%	20,00%	Ibovespa
Oceana Valor 30 FIC FIA	18,83%	21,24%	2,00%	20,00%	IBX
Bradesco Selection FI Ações ⁽²⁾	21,76%	22,65%	1,50%	Não possui	Não possui
Santander Seleção 30 FIC Ações ⁽³⁾	19,06%	20,22%	2,00%	20,00%	Ibovespa
Brasil Energia Renovável FIP Mult.	2,16%	2,25%	0,08%	20,00%	IPCA + 8% a.a.
SPX Nimitz Estrut. FICM	3,65%	4,38%	0,70%	20,00%	CDI
Kapitalo Kappa FIN FICM ⁽⁴⁾	7,78%	9,68%	2,00%	20,00%	CDI
Adam Macro Strategy II FICM ⁽⁵⁾	1,02%	2,70%	1,90%	20,00%	CDI
Adam Macro II FICFIM ⁽⁶⁾	1,24%	1,35%	1,90%	20,00%	Não possui

⁽¹⁾ Retorno acumulado até 29/06/2018.

⁽²⁾ Retorno acumulado a partir de 06/07/2018.

⁽³⁾ Retorno acumulado a partir de 06/07/2018.

⁽⁴⁾ Retorno acumulado a partir de 20/02/2018.

⁽⁵⁾ Retorno acumulado a partir de 22/02/2018.

⁽⁶⁾ Retorno acumulado a partir de 12/12/2018.

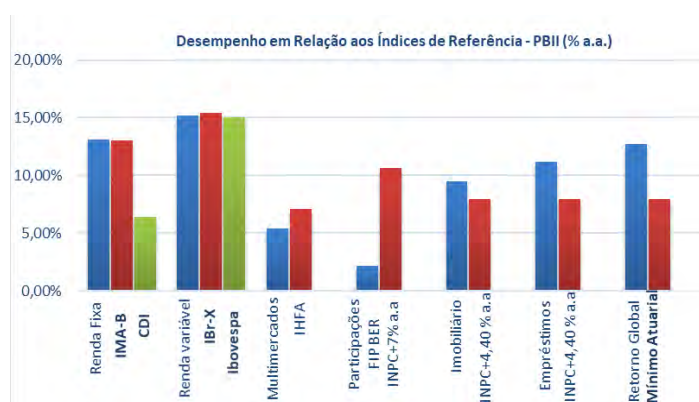
Performance dos Investimentos do PB II

A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios II no ano foi 12,74%, diante da meta atuarial de 7,99% e da taxa CDI acumulada no período de 6,42%.

As rentabilidades por segmento de investimento e dos respectivos índices de referência são apresentadas na tabela e no gráfico a seguir.

Segmento	Plano de Benefícios II		
	Índice de Referência/ Meta Atuarial		Rentabilidade Bruta em 2018 ⁽¹⁾
	Índice	Varição em 2018	
Renda Fixa	IMA-B	13,06%	13,13%
Renda Variável	IBrX	15,42%	15,18%
Multimercados	IHFA	7,09%	5,44%
Participações - FIP	INPC + 7%	10,67%	2,16%
Imobiliário	INPC + 4,40%	7,99%	9,47%
Empréstimos a Participantes	INPC + 4,40%	7,99%	11,15%
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	INPC + 4,40%	7,99%	5,48%
Total			12,74%

⁽¹⁾ Rentabilidade bruta da taxa de administração do Plano.

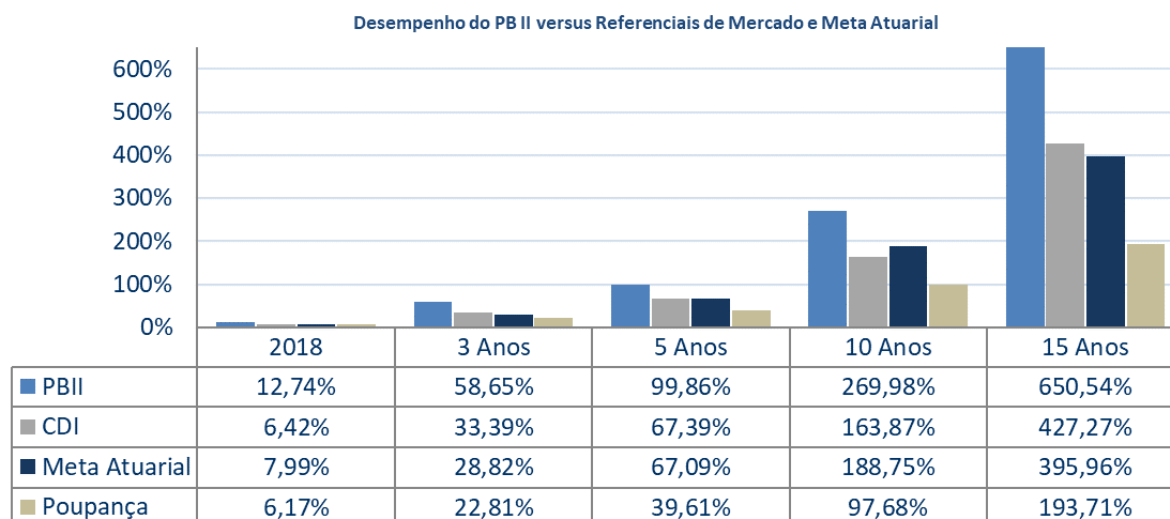


Importante registrar que, de acordo com o Plano de Custeio do PB II para 2018, aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE, incide sobre o patrimônio deste plano uma taxa de administração de 0,5% a.a., que é transferida para custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA. Assim, para se obter as rentabilidades líquidas por segmento de aplicação do PB II é necessário subtrair este percentual das rentabilidades brutas indicadas na tabela acima.

A tabela abaixo apresenta a rentabilidade auferida pelo Plano de Benefícios II nos cinco exercícios anteriores, de forma acumulada e por exercício.

Plano de Benefícios II	2014	2015	2016	2017	2018	Acumulada 5 anos
Rentabilidade	14,51%	10,01%	23,27%	14,16%	12,74%	99,86%

Nos últimos quinze anos, o Plano de Benefícios II obteve retorno médio anual de 14,38% a.a., equivalente à inflação (INPC) acumulada acrescida de retorno médio anual real de 8,36% a.a.



CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PB II

Os custos globais de administração do Plano de Benefícios II, compreendendo os custos com a gestão administrativa e previdencial e com a gestão de investimentos, estão detalhados a seguir.

Despesas com a Administração Previdencial

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/18	2º Sem/18	12 meses
Pessoal e Encargos	93.872	104.572	198.445
Dirigentes	34.045	34.112	68.157
Pessoal Próprio	59.828	70.460	130.288
Treinamentos/Congressos e Seminários	809	2.306	3.115
Viagens e Estadias	574	481	1.055
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	12.488	15.579	28.067
Auditoria	1.249	1.335	2.584
Assessoria Jurídica	1.906	2.026	3.932
Assessoria Atuarial	4.900	5.244	10.144
Outras Consultorias	4.433	6.974	11.406
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	7.972	8.375	16.347
Amortizações e Depreciações	6.023	6.063	12.086
Tributos	17.430	21.448	38.878
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	139.169	158.823	297.992

Despesas com a Administração de Investimentos

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/18	2º Sem/18	12 meses
Pessoal e Encargos	106.478	120.662	227.140
Dirigentes	24.978	30.754	55.731
Pessoal Próprio	81.500	89.909	171.409
Treinamentos/Congressos e Seminários	913	2.510	3.422
Viagens e Estadias	1.138	1.456	2.594
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)	16.818	26.982	43.800
Auditoria	1.249	1.335	2.584
Consultoria Jurídica	1.906	2.026	3.932
Bloomberg	4.070	5.565	9.635
Luz Engenharia Ltda	3.440	3.698	7.138
Monte Carlo Consultoria Financ e Empres. Ltda	0	5.546	5.546
Paramita Tecnologia Consultoria Financeira Ltda	1.681	2.002	3.683
Outras Consultorias	4.472	6.810	11.282
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	8.625	9.199	17.824
Amortizações e Depreciações	6.023	6.063	12.086
Tributos	1.688	2.625	4.313
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	141.683	169.496	311.179

Custo Global da Administração

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/18	2º Sem/18	12 Meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	139.169	158.823	297.992
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	141.683	169.496	311.179
C) Total das Despesas Administrativas	280.852	328.319	609.171
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	98.857.391	107.043.836	102.950.613
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,14%	0,15%	0,29%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,14%	0,16%	0,30%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,28%	0,31%	0,59%

No exercício de 2018, o custo global de gestão do Plano de Benefícios II, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas dos Investimentos foi equivalente a 0,59% do montante médio de recursos garantidores sob gestão, sendo 0,29% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,30% o custo relativo à gestão de investimentos.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIAL

No que se refere à administração previdencial, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2018.

Despesas com a Administração Previdencial

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/18	2º Sem/18	12 Meses
Pessoal e Encargos	<u>1.013.452</u>	<u>1.064.979</u>	<u>2.078.431</u>
Dirigentes	367.549	347.723	715.272
Pessoal Próprio	645.903	717.256	1.363.159
Treinamentos/Congressos e Seminários	8.674	23.784	32.459
Viagens e Estadias	6.163	4.900	11.063
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	<u>134.913</u>	<u>158.399</u>	<u>293.312</u>
Auditoria	13.486	13.591	27.077
Consultoria Jurídica	20.573	20.627	41.199
Consultoria Atuarial	52.891	53.382	106.272
Outras Consultorias	47.963	70.800	118.763
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	86.221	85.041	171.263
Amortizações e Depreciações	28.906	27.876	56.782
Tributos	186.721	208.992	395.714
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.465.051	1.573.971	3.039.022

CUSTOS COM A GESTÃO DE INVESTIMENTOS

No que se refere à administração de investimentos, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2018.

Despesas com a Administração de Investimentos

Em R\$

DESPESAS	1º Sem/18	2º Sem/18	12 meses
Pessoal e Encargos	<u>1.149.225</u>	<u>1.228.272</u>	<u>2.377.496</u>
Dirigentes	269.299	312.892	582.191
Pessoal Próprio	879.925	915.380	1.795.305
Treinamentos/Congressos e Seminários	9.766	25.735	35.502
Viagens e Estadias	12.190	14.870	27.060
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)	<u>181.561</u>	<u>274.413</u>	<u>455.973</u>
Auditoria	13.486	13.590	27.077
Consultoria Jurídica	20.573	20.627	41.199
Bloomberg	43.831	56.650	100.481
Luz Engenharia Ltda	37.137	37.633	74.770
Monte Carlo Consultoria Financ e Empres. Ltda	0	56.393	56.393
Paramita Tecnologia Consultoria Financeira Ltda	18.571	18.571	37.141
Outras Consultorias	47.963	70.949	118.912
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	93.229	93.437	186.666
Amortizações e Depreciações	28.906	27.876	56.782
Tributos	16.688	17.625	34.313
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.491.564	1.682.228	3.173.792

CUSTO GLOBAL DE GESTÃO**Total de Despesas com Administração da Entidade****Custo Global da Administração**

DESPESAS	1º Sem/18	2º Sem/18	12 meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.465.051	1.573.971	3.039.022
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.491.564	1.682.228	3.173.792
C) Total das Despesas Administrativas	2.956.615	3.256.199	6.212.814
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	1.061.012.309	1.080.130.698	1.070.571.503
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,14%	0,15%	0,28%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,14%	0,16%	0,30%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,28%	0,30%	0,58%

O custo global de gestão do ISBRE, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas de Investimento e das Despesas Administrativas Previdenciais foi, no exercício de 2018, equivalente a 0,58% do montante médio de recursos garantidores sob gestão, sendo 0,28% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,30% referentes à gestão de investimentos.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO PGA

Considerando-se as características e necessidade de liquidez do Plano de Gestão Administrativa - PGA, entende-se adequado que os recursos deste Plano sejam alocados somente no segmento de Renda Fixa. A carteira de investimentos do PGA apresentou a seguinte alocação por segmento de investimento, estando em conformidade com a Política de Investimentos aprovada para o exercício e com a legislação em vigor.

Segmentos	Alocação ⁽¹⁾		Limites Máximos	
	Junho/18	Dezembro/18	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	99,94%	99,96%	100%	100%

⁽¹⁾ O disponível do PGA representava 0,06% e 0,04% na posição de Junho/18 e Dezembro/18, respectivamente.

Composição e Custos de Gestão Terceirizada da Carteira em Mercado do PGA

Em 31.12.2018, o Plano de Gestão Administrativa contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

Investimentos	Valor (Em R\$)	Participação
Segmento de Renda Fixa	4.392.641,98	100,04%
Fundos de Renda Fixa	4.392.641,98	100,04%
FI Minuano Renda Fixa	1.636.570,87	37,27%
Votorantim Soberano FI RF Ref DI	2.756.071,11	62,77%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-1.591,53	-0,04%
Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado	4.391.050,45	100,00%

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos (posicionamento) quanto para preservação patrimonial (*hedge*), observados, contudo, os limites legais.

Os custos da gestão terceirizada dos fundos de investimento que compõem a carteira em mercado são os seguintes:

Fundos	Retorno Líquido 01/01/18 a 31/12/18	Retorno Bruto 01/01/18 a 31/12/18	Taxa de Administração a.a	Taxa de Performance	Índice de Performance
FI Minuano Renda Fixa	13,72%	13,79%	0,06%	Não possui	Não possui
Votorantim Soberano REF DI	6,21%	6,37%	0,15%	Não possui	Não possui

Performance dos Investimentos do PGA

A performance global dos investimentos do PGA no ano foi de 8,93%, diante da meta atuarial de 7,99% e do CDI de 6,42% do período.

As rentabilidades por segmento de investimento e dos respectivos índices de referência são apresentadas na tabela e no gráfico a seguir.

Segmento	Plano de Gestão Administrativa - PGA		
	Índice de Referência/ Meta Atuarial		Rentabilidade Bruta em 2018 ⁽¹⁾
	Índice	Varição em 2018	
Renda Fixa	IMA-B	12,79%	8,93%
Total			8,93%

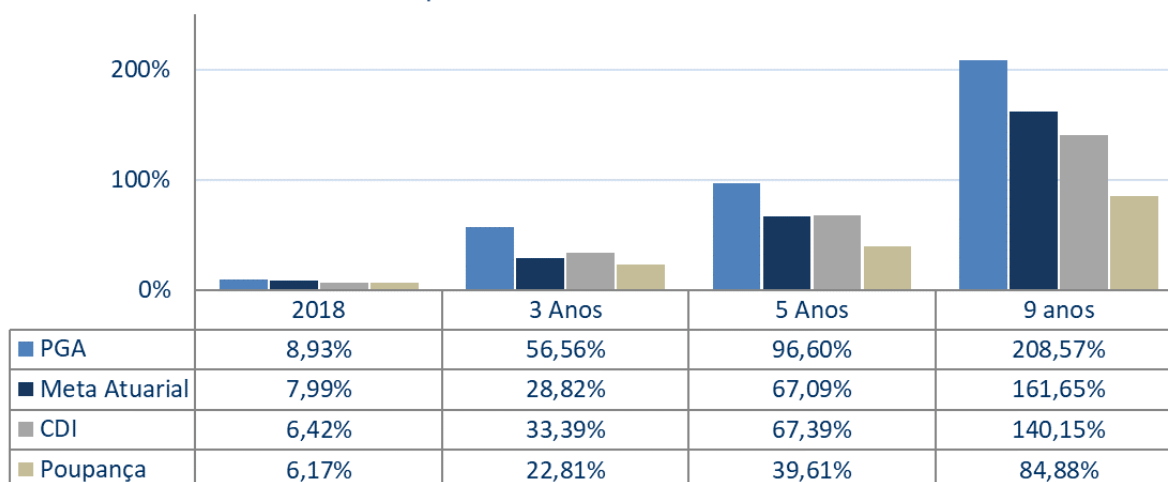
⁽¹⁾ Rentabilidade bruta da taxa de administração do Plano.

A tabela abaixo apresenta a rentabilidade auferida pelo PGA nos cinco exercícios anteriores, de forma acumulada e por exercício.

PGA	2014	2015	2016	2017	2018	Acumulada 5 anos
Rentabilidade	14,61%	9,57%	26,69%	13,45%	8,93%	96,60%

Nos últimos nove anos, o Plano de Gestão Administrativa (PGA) obteve retorno médio anual de 13,34% a.a., equivalente à inflação (INPC) acumulada acrescida um retorno médio anual real de 6,96% a.a.

Desempenho do PGA versus Referenciais de Mercado e Meta Atuarial



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2019

A Política de Investimentos foi formulada pela Diretoria Executiva com o apoio técnico da equipe da área financeira e de investimentos, em conjunto com o Comitê de Investimentos. Em consonância com o que dispõe o Estatuto Social e a legislação vigente, essa política foi apreciada e aprovada pelo Conselho Deliberativo em reunião de 13.12.2018 e divulgada aos Participantes mediante publicação no portal do ISBRE.

A Política de Investimentos para 2019, a seguir sumariada, manterá a estratégia de gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios integrada de forma ativa com o passivo atuarial, associada ao permanente aperfeiçoamento das práticas de gestão e de controles internos.

Foram definidos os seguintes limites de alocação por segmento de aplicação de recursos, sendo admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de oportunidades de retorno quanto para proteção do patrimônio, observados, contudo, os limites legais por Plano.

Segmento	Plano de Benefícios I		
	Índice de Referência	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	IMA-B	95%	81%
Renda Variável	IBrX	20%	5%
Estruturado	IHFA ¹ /INPC + 7% a.a. ²	15%	10%
Imobiliário	INPC + 4,40% a.a	3%	2%
Operações com Participantes	INPC + 6% a.a	2%	1%
Exterior	MSCI World Index	3%	1%

⁽¹⁾ Índice de Head Funds Anbima – IHFA, para os Fundos Multimercado Estruturados.

⁽²⁾ INPC + 7% a.a. para os Fundos de Investimento em Participações.

Segmento	Plano de Benefícios II		
	Índice de Referência	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	IMA-B	95%	79%
Renda Variável	IBrX	20%	5%
Estruturado	IHFA ¹ /INPC + 7% a.a. ²	15%	10%
Imobiliário	INPC + 4,40% a.a	3%	2%
Operações com Participantes	INPC + 6% a.a	15%	3%
Exterior	MSCI World Index	3%	1%

⁽¹⁾ Índice de Head Funds Anbima – IHFA, para os Fundos Multimercado Estruturados.

⁽²⁾ INPC + 7% a.a. para os Fundos de Investimento em Participações.

Segmento	PGA		
	Índice de Referência	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	IMA-B	100%	90%
Renda Variável	IBrX	20%	5%
Estruturado	IHFA ¹	15%	5%
Exterior	MSCI World Index	3%	1%

Serão observados os seguintes limites na alocação por emissor:

Alocação por Emissor - Plano de Benefícios I			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Tesouro Nacional	95,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira ou Grupo Econômico	4,00%	0,00%	0,00%
Companhia Aberta Não Financeira ou Grupo Econômico	2,00%	0,00%	0,00%

Alocação por Emissor - Plano de Benefícios I			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
FIDC/FICFIDC	5,00%	0,00%	0,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	10,00%	0,00%	0,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento Estruturados	15,00%	0,00%	0,00%

Os limites de 4% para Inst. Financeira ou Grupo Econômico e 2% para Cia Aberta Não Financeira ou Grupo Econômico se referem somente à alocação em valores mobiliários de Renda Fixa.

Alocação por Emissor - Plano de Benefícios II			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Tesouro Nacional	95,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira ou Grupo Econômico	4,00%	0,00%	0,00%
Companhia Aberta Não Financeira ou Grupo Econômico	2,00%	0,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	5,00%	0,00%	0,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	10,00%	0,00%	0,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento Estruturado	15,00%	0,00%	0,00%

Os limites de 4% para Inst. Financeira ou Grupo Econômico e 2% para Cia Aberta Não Financeira ou Grupo Econômico se referem somente à alocação em valores mobiliários de Renda Fixa.

Alocação por Emissor - Plano de Gestão Administrativa			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Tesouro Nacional	100,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira ou Grupo Econômico	4,00%	0,00%	0,00%
Companhia Aberta Não Financeira ou Grupo Econômico	2,00%	0,00%	0,00%
FIDC/FICFIDC	5,00%	0,00%	0,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0,00%	0,00%	0,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento Estruturado	0,00%	0,00%	0,00%

Os limites de 4% para Inst. Financeira ou Grupo Econômico e 2% para Cia Aberta Não Financeira ou Grupo Econômico se referem somente à alocação em valores mobiliários de Renda Fixa.

Além dos limites descritos na tabela acima, são estabelecidos os seguintes limites adicionais:

1. A alocação em cotas de Fundos de Investimento que investem em títulos de emissão de Companhias Securitizadoras deverá respeitar a classificação de baixo risco de crédito, limitada a 2% (dois por cento) dos Recursos Garantidores dos Planos administrados pela Fundação;
2. A alocação em cada gestor de FIAs Não Exclusivos não poderá exceder a 10% (dez por cento) dos Recursos Garantidores dos Planos administrados pela Fundação;
3. A alocação em Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado classificados no Segmento Estruturado deverá respeitar o limite de 15% (quinze por cento) dos Recursos Garantidores dos Planos administrados pela Fundação;
4. A alocação em cada Fundo de Investimento Multimercado classificado nesse segmento não deve ser superior a 5% (cinco por cento) dos Recursos Garantidores dos Planos administrados pela Fundação;
5. A alocação em cada Fundo de Investimento classificado no Segmento Exterior não deve ser superior a 1% (um por cento) dos Recursos Garantidores dos Planos administrados pela Fundação;
6. A alocação em cada Fundo de Investimento Imobiliário não deve ser superior a 1% (um por cento) dos Recursos Garantidores dos Planos administrados pela Fundação.
7. Não serão admitidas alocações em novos Fundos de Investimento em Participações, excetuadas as chamadas de capital ou criação de estruturas derivadas de fundos existentes.

Serão observados os seguintes limites na concentração por emissor:

Concentração por Emissor - Plano de Benefícios I			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta Não Financeira ou de uma mesma SPE	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	15,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	25,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	25,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior Negociados em Bolsa de Valores no Brasil	25,00%	0,00%	0,00%

Os limites de 5% para alocação de emissão de uma mesma Instituição Financeira ou Cia, Aberta Não Financeira se referem somente à alocação em valores mobiliários de Renda Fixa.

Concentração por Emissor - Plano de Benefícios II			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta Não Financeira ou de uma mesma SPE	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	15,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	25,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	25,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior Negociados em Bolsa de Valores no Brasil	25,00%	0,00%	0,00%

Os limites de 5% para alocação de emissão de uma mesma Instituição Financeira ou Cia, Aberta Não Financeira se referem somente à alocação em valores mobiliários de Renda Fixa.

Concentração por Emissor - Plano de Gestão Administrativa			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta Não Financeira ou de uma mesma SPE	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	15,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	25,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	25,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior Negociados em Bolsa de Valores no Brasil	25,00%	0,00%	0,00%

Os limites de 5% para alocação de emissão de uma mesma Instituição Financeira ou Cia, Aberta Não Financeira se referem somente à alocação em valores mobiliários de Renda Fixa.

Além dos limites descritos na tabela acima, são estabelecidos os seguintes limites adicionais de concentração:

1. A alocação em Fundos de Direitos Creditórios (FIDC) é permitida apenas naqueles com classificação mínima igual à AAA, limitados a 5% (cinco por cento) do patrimônio em cada FIDC;

2. A alocação em cotas de Fundos de Investimentos que investem em títulos de emissão de Companhias Securitizadoras deverá respeitar a classificação de baixo risco de crédito, limitados a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
3. A alocação em cada Fundo de Investimento classificado no Segmento Exterior não deve ser superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do Fundo, com exceção dos fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no Exterior”, que invistam, no mínimo, 67% do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior, cujo limite não deve ser superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido Fundo de Investimento constituído no exterior.

Serão observados os seguintes limites na concentração por investimentos:

Concentração por Investimentos			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% de uma Mesma Classe ou Série de Cotas de FIDC	5,00%	0,00%	0,00%

São os seguintes os *ratings* mínimos aplicáveis à avaliação de baixo risco de crédito, estando nominadas as agências classificadoras aceitas:

Rating Mínimo	Agência Classificadora de Risco		
	STANDARD & POORS	MOODYS	FITCH RATING
Baixo Risco de Crédito	AAA	Aaa	AAA
	AA+, AA, AA-	Aa1, Aa2, Aa3	AA+, AA, AA-
	A+, A, A-	A1, A2, A3	A+, A, A-

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I - BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em R\$ mil

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
DISPONÍVEL	28	11	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.923	2.733
REALIZÁVEL	1.121.068	1.037.640	Gestão Previdencial	1.625	1.494
Gestão Previdencial	3.232	3.203	Gestão Administrativa	830	717
Gestão Administrativa	2.296	2.333	Investimentos	468	522
Investimentos	1.115.540	1.032.104	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	8.086	7.461
Ações	188	225	Gestão Previdencial	6.652	6.026
Fundos de Investimento	1.090.007	1.006.491	Gestão Administrativa	1.434	1.435
Investimentos Imobiliários	16.347	16.789	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.110.397	1.027.829
Empréstimos	8.998	8.599	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.098.285	1.017.959
PERMANENTE	310	372	Provisões Matemáticas	902.957	874.753
Imobilizado	157	153	Benefícios Concedidos	719.542	657.568
Intangível	153	219	Benefícios a Conceder	183.415	217.185
			Equilíbrio Técnico	195.328	143.206
			Resultados Realizados	195.328	143.206
			Superávit Técnico Acumulado	195.328	143.206
			Fundos	12.112	9.870
			Fundo Previdencial	7.379	6.480
			Fundo Administrativo	4.733	3.390
TOTAL DO ATIVO	1.121.406	1.038.023	TOTAL DO PASSIVO	1.121.406	1.038.023

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	1.027.829	928.391	10,71
1. Adições	157.321	163.978	(4,06)
(+) Contribuições Previdenciais	25.751	25.832	(0,31)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	124.015	129.966	(4,58)
(+) Receitas Administrativas	7.266	7.949	(8,59)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	289	231	25,11
2. Destinações	(74.753)	(64.540)	15,82
(-) Benefícios	(67.758)	(57.081)	18,70
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(783)	(483)	62,11
(-) Despesas Administrativas	(6.212)	(6.976)	(10,95)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	82.568	99.438	(16,97)
(+/-) Provisões Matemáticas	28.204	61.701	(54,29)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	52.122	36.482	42,87
(+/-) Fundos Previdenciais	899	52	1.628,85
(+/-) Fundos Administrativos	1.343	1.203	11,64
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	1.110.397	1.027.829	8,03

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

em R\$ mil

Descrição		Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
	A) Ativo Líquido - início do exercício	931.377	852.059	9,31
	1. Adições	129.319	137.881	(6,21)
(+)	Contribuições	17.191	18.246	(5,78)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	112.128	119.635	(6,27)
	2. Destinações	(69.199)	(58.563)	18,16
(-)	Benefícios	(66.870)	(56.454)	18,45
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(783)	(483)	62,11
(-)	Custeio Administrativo	(1.546)	(1.626)	(4,92)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	60.120	79.318	(24,20)
(+/-)	Provisões Matemáticas	7.917	44.672	(82,28)
(+/-)	Fundos Previdenciais	330	(1.761)	(118,74)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	51.873	36.407	42,48
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	991.497	931.377	6,45
	C) Fundos não Previdenciais	2.983	2.067	44,32
(+/-)	Fundo Administrativo	2.983	2.067	44,32

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

em R\$ mil

Descrição		Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
	A) Ativo Líquido - início do exercício	93.061	74.146	25,51
	1. Adições	22.413	19.925	12,49
(+)	Contribuições	10.526	9.595	9,70
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	11.887	10.330	15,07
	2. Destinações	(1.308)	(1.010)	29,50
(-)	Benefícios	(888)	(627)	41,63
(-)	Custeio Administrativo	(420)	(383)	9,66
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	21.105	18.915	11,58
(+/-)	Provisões Matemáticas	20.287	17.029	19,13
(+/-)	Fundos Previdenciais	569	1.812	(68,60)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	249	74	236,49
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	114.166	93.061	22,68
	C) Fundos não Previdenciais	1.750	1.323	32,28
(+/-)	Fundo Administrativo	1.750	1.323	32,28

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	1.003.087	941.374	6,56
Disponível	10	3	233,33
Recebível	6.214	5.270	17,91
Investimento	<u>996.863</u>	<u>936.101</u>	6,49
Ações	174	208	(16,35)
Fundos de Investimento	975.210	914.021	6,69
Investimentos Imobiliários	15.760	16.185	(2,63)
Empréstimos	5.719	5.687	0,56
2. Obrigações	8.607	7.930	8,54
Operacional	1.955	1.904	2,68
Contingencial	6.652	6.026	10,39
3. Fundos não Previdenciais	2.983	2.067	44,32
Fundo Administrativo	2.983	2.067	44,32
4. Ativo Líquido (1-2-3)	991.497	931.377	6,45
Provisões Matemáticas	796.040	788.123	1,00
Superávit/Déficit Técnico	194.677	142.804	36,32
Fundos Previdenciais	780	450	73,33
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado	194.677	142.804	36,32
b) Ajuste de Precificação	56.979	52.623	8,28
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	251.656	195.427	28,77

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	116.051	94.495	22,81
Disponível	16	5	220,00
Recebível	1.751	1323	32,35
Investimento	<u>114.284</u>	<u>93.167</u>	22,67
Ações	14	17	(17,65)
Fundos de Investimento	110.404	89.634	23,17
Investimentos Imobiliários	587	604	(2,81)
Empréstimos	3.279	2.912	12,60
2. Obrigações	134	111	20,72
Operacional	134	111	20,72
3. Fundos não Previdenciais	1.750	1323	32,28
Fundo Administrativo	1.750	1323	32,28
4. Ativo Líquido (1-2-3)	114.167	93.061	22,68
Provisões Matemáticas	106.917	86.629	23,42
Superávit/Déficit Técnico	651	402	61,94
Fundos Previdenciais	6.599	6.030	9,44
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Resultado Realizado	651	402	61,94
b) Ajuste de Precificação	423	344	22,97
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	1074	746	43,97

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.390	2.187	55,01
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.555	8.180	(7,64)
1.1. Receitas	7.555	8.180	(7,64)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.966	2.009	(2,14)
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.300	5.940	(10,77)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	289	231	25,11
2. Despesas Administrativas	6.212	6.977	(10,96)
2.1. Administração Previdencial	3.039	3.321	(8,49)
Pessoal e Encargos	2.078	2.305	(9,85)
Treinamentos/Congressos e Seminários	32	22	45,45
Viagens e Estadias	11	17	(35,29)
Serviços de Terceiros	293	339	(13,57)
Despesas Gerais	172	173	(0,58)
Depreciações e Amortizações	57	50	14,00
Tributos	396	415	(4,58)
2.2. Administração dos Investimentos	3.173	3.656	(13,21)
Pessoal e Encargos	2.377	2.830	(16,01)
Treinamentos/Congressos e Seminários	35	22	59,09
Viagens e Estadias	27	25	8,00
Serviços de Terceiros	456	496	(8,06)
Despesas Gerais	187	200	(6,50)
Depreciações e Amortizações	57	50	14,00
Tributos	34	33	3,03
3. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	1.343	1203	11,64
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	1.343	1203	11,64
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	4.733	3.390	39,62

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO

PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PB I
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	1.000.104	939.302	6,47
1. Provisões Matemáticas	796.040	788.123	1,00
1.1. Benefícios Concedidos	711.444	651.759	9,16
Benefício Definido	711.444	651.759	9,16
1.2. Benefício a Conceder	84.596	136.364	(37,96)
Benefício Definido	84.596	136.364	(37,96)
2. Equilíbrio Técnico	194.677	142.804	36,32
2.1. Resultados Realizados	194.677	142.804	36,32
Superávit técnico acumulado	194.677	142.804	36,32
Reserva de Contingência	162.154	142.804	13,55
Reserva para Revisão do Plano	32.523	-	
3. Fundos	780	450	73,33
3.1 Fundos Previdenciais	780	450	73,33
4. Exigível Operacional	1.955	1.899	2,95
4.1 Gestão Previdencial	1.538	1.426	7,85
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	417	473	(11,84)
5. Exigível Contingencial	6.652	6.026	10,39
5.1 Gestão Previdencial	6.652	6.026	10,39
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	1.000.104	939.302	6,47

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PB II
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4)	114.301	93.172	22,68
1. Provisões Matemáticas	106.917	86.629	23,42
1.1. Benefícios Concedidos	8.098	5.809	39,40
Benefício Definido	8.098	5.809	39,40
1.2. Benefício a Conceder	98.819	80.820	22,27
Contribuição Definida	98.819	80.820	22,27
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	40.282	33.116	21,64
Saldo de contas - parcela participantes	58.537	47.704	22,71
2. Equilíbrio Técnico	651	402	61,94
2.1. Resultados Realizados	651	402	61,94
Superávit técnico acumulado	651	402	61,94
Reserva de Contingência	651	402	61,94
3. Fundos	6.599	6.030	9,44
3.1 Fundos Previdenciais	6.599	6.030	9,44
4. Exigível Operacional	134	111	20,72
4.1 Gestão Previdencial	86	63	36,51
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	48	48	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja atividade é regulada pelas Leis Complementares nºs. 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, bem como pelas normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, no que se refere às questões de natureza previdenciária e administrativa, e pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, nos aspectos relativos à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios.

O ISBRE tem como objetivo estatutário o pagamento de benefícios suplementares, ou assemelhados, às prestações asseguradas pela Previdência Oficial (Regime Geral da Previdência Social) aos grupos familiares dos empregados do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e do próprio ISBRE, na forma prevista nos regulamentos dos planos de benefícios por ele administrados.

Para a obtenção desse objetivo, o ISBRE dispõe de recursos financeiros oriundos das contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, bem como das receitas decorrentes das aplicações desses recursos.

O ISBRE administra dois planos de benefícios distintos: o Plano de Benefícios I, de modalidade Benefício Definido – BD (fechado para novos participantes) e o Plano de Benefícios II, na modalidade de Contribuição Variável – CV. Os planos de benefícios são registrados na PREVIC sob os seguintes números de Cadastro Nacional de Plano de Benefício - CNPB:

CNPB	Sigla do Plano
19790012-19	Plano de Benefícios I
20010024-83	Plano de Benefícios II

Na tabela a seguir demonstramos a evolução dos participantes, por planos de benefícios e no total, nos últimos cinco anos. No grupo assistidos, além dos aposentados estão sendo considerados todos aqueles beneficiários assistidos em gozo do benefício de pensão (grupo familiar).

Ano	Plano de Benefício I				Plano de Benefício II				Total Geral
	Ativos	BPD ⁽¹⁾	Assistidos	Total PB I	Ativos	BPD ⁽¹⁾	Assistidos	Total PB II	
2014	192	-	387	579	315	1	3	319	898
2015	183	-	393	576	325	1	8	334	910
2016	182	-	389	571	337	1	13	351	922
2017	111	-	453	564	344	1	13	358	922
2018	71	-	490	561	352	1	17	370	931

(1) Benefício Proporcional Diferido

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis de 2018 e 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, ex-Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC e pela Secretaria da Previdência Complementar – SPC, hoje denominada Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, dentre estas, em especial, os Anexos “A” e “B” da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 e a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, da SPC e suas alterações. O art. 17 da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, determina que as Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem apresentadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, serão: a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior; b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior; c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior; d) Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior; e) Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com exercício anterior; f) Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior; g) Notas explicativas às demonstrações

contábeis consolidadas; h) Relatórios dos Auditores Independentes; i) Parecer do Atuário, relativo a cada plano de benefícios previdencial; j) Parecer do Conselho Fiscal; e k) Manifestação do Conselho Deliberativo com aprovação das demonstrações contábeis.

A autorização para conclusão destas Demonstrações Contábeis foi dada pela Diretoria Executiva do ISBRE em reunião do 08/02/2019.

2.1 Consolidação das Demonstrações

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento as normas elencadas no item anterior e a Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 (ITG 2001 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar) e alterações.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis do ISBRE foram realizadas as seguintes eliminações no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Ativo	Em milhares de reais		
	PB I	PB II	CONSOLIDADO
Gestão administrativa - participação no PGA	2.983	1.750	(4.733)
	2.983	1.750	(4.733)
Passivo			
Fundos - participação no fundo administrativo	(2.983)	(1.750)	4.733
	(2.983)	(1.750)	4.733

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas estão a seguir descritas.

3.1 ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL E ADMINISTRATIVA

São apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

3.2 ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

a) Renda fixa e renda variável

A Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, no Capítulo III - Registro e Avaliação Contábil de Títulos e Valores Mobiliários, estabeleceu critérios para o registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, segundo as duas categorias, a saber:

Títulos para negociação: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos mantidos até o vencimento: Os títulos e valores mobiliários, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

b) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição, os quais são ajustados periodicamente por reavaliações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente dos imóveis fixados em seus respectivos laudos de avaliação/reavaliação.

Os imóveis são reavaliados periodicamente, de acordo com a legislação vigente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com conta de resultado.

c) Operações com Participantes

Referem-se a empréstimos concedidos a participantes, registrados ao valor concedido, acrescido dos rendimentos dos respectivos contratos auferidos até a data do balanço.

3.3 ATIVO PERMANENTE

Os bens do Imobilizado encontram-se demonstrados pelo respectivo custo de aquisição, ajustado pelas movimentações de aquisições e baixas no período e pelas depreciações calculadas pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na Nota Explicativa 6.

O Intangível e o Diferido são demonstrados pelo custo de aquisição dos *softwares*, ajustado pelas aquisições e baixas no período e pelas amortizações calculadas pelo método linear, com base na taxa de 20% ao ano.

3.4 EXIGÍVEL OPERACIONAL

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.5 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As contas sujeitas a estimativas tiveram seu valor apurado a partir de fatores objetivos e subjetivos, estes últimos com base no julgamento da Administração sobre a sua adequação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem basicamente os passivos relacionados a reservas matemáticas e contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.6 RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios, exceto para as contribuições referentes ao 13º salário dos ativos e abono anual dos inativos. Conforme estabelece o Anexo B da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e o item 8.2 do Anexo C da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, as contribuições referentes ao 13º salário dos ativos e o abono anual dos inativos, tanto do Plano e Benefícios I como do Plano de Benefícios II estão registradas pelo regime de caixa. Registre-se ainda, que, para fins do que estabelece o Anexo B da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as contribuições dos participantes assistidos relativas ao PB I estão incluídas no cálculo das Reservas Matemáticas.

3.7 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas do ISBRE são suportadas por contribuições específicas, denominadas taxas de administração e/ou de carregamento, as quais são estabelecidas anualmente pelo Conselho Deliberativo da Fundação com base nos resultados da Avaliação Atuarial, e pelo Fundo Administrativo, formado com eventuais saldos positivos obtidos das diferenças entre os custos efetivos e as referidas contribuições para tal finalidade.

3.8 TRANSFERÊNCIAS E FLUXO DE RECURSOS

Os critérios utilizados nas transferências interplanos e o fluxo de valores entre a Gestão Previdencial e Administrativa e os Investimentos, foram:

a) Gestão Previdencial

Recebe fluxo de recursos do resultado dos investimentos, deduzido do valor transferido para custear as despesas administrativas (taxa de administração) e transfere recursos para o Plano de Gestão Administrativa (carregamento) para o custeio da administração previdencial. O resultado do plano é transferido para constituição ou reversão de Superávit ou Déficit do Plano.

b) Gestão Administrativa

Recebe recursos transferidos da Gestão Previdencial dos planos de benefícios, para cobertura de despesas administrativas (carregamento), conforme previsto no Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo. Recebe ainda, valores transferidos dos investimentos dos planos de benefícios para custear as despesas administrativas dos mesmos (taxa administrativa), além do resultado dos investimentos do Fundo Administrativo. O resultado positivo ou negativo da Gestão Administrativa é transferido para constituição ou reversão de Fundo Administrativo.

c) Investimentos

As receitas dos investimentos mensais líquidas de cada plano de benefícios, depois de deduzido o valor da taxa de administração dos investimentos, são enviadas para a Gestão Previdencial. Já o resultado dos investimentos administrativos é transferido para o Plano de Gestão Administrativa.

4. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Descrição	Em milhares de reais	
	2018	2017
Depósitos Judiciais	3.016	2.975
Depósitos Recursais	132	145
	<u>3.148</u>	<u>3.120</u>

Os valores dos Depósitos Judiciais se referem a depósitos para garantia de execução de sentença de ações judiciais movidas por participantes contra o ISBRE e os Depósitos Recursais servem para interpor recursos destas ações judiciais. A integralidade destes valores se refere ao Plano de Benefícios I.

5. ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

No quadro abaixo demonstramos os investimentos consolidados. Os investimentos abertos por Plano de Benefícios e PGA estão demonstrados na Nota Explicativa 12.

Descrição	Em milhares de reais	
	2018	2017
Créditos Privados e Depósitos		
Certificados de Depósitos Bancários	1.648	1.648
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.648)	(1.648)
	-	-
Ações		
Carteira Própria	188	225
	188	225
Fundos de Investimentos		
Renda Fixa	603.748	590.019
Ações	29.841	28.649
Multimercado	452.988	384.465
Participações	3.430	3.358
	1.090.007	1.006.491
Investimentos Imobiliários		
Aluguéis para Renda		
Edificações Locadas ao Patrocinador	5.600	5.756
	5.600	5.756
Direitos de Alienação de Investimentos Imobiliários	10.747	11.033
	10.747	11.033
	16.347	16.789
Operações com Participantes		
Empréstimos Simples	9.227	8.783
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(229)	(184)
	8.998	8.599
	1.115.540	1.032.104

O Custodiante do ISBRE é o Banco Itaú Unibanco S.A., o qual é também responsável pela prestação de serviços de controladoria e precificação dos fundos de investimentos e pelo cálculo das cotas dos fundos exclusivos.

5.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa registra os valores necessários para cobrir os riscos de perda referentes a aplicações financeiras, conforme estabelece o item 11 do Anexo A da Instrução da SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. O valor da provisão de perda em Certificados de Depósitos Bancários é referente a aplicações entre 1995 e 1999 em CDBs dos bancos Banesa, Seller e Crefisul. Tendo em vista dos valores serem anteriores a aprovação do Plano de Benefícios II, estão lançados na sua totalidade no Plano de Benefícios I. Os valores de perda com Operações com Participantes referem-se aos dois planos de benefícios e estão demonstrados no item 5.5 abaixo.

5.2 Ações (Carteira Própria)

Na Carteira Própria (Ações – Mercado à Vista) estão registrados os valores referentes ao saldo de ações atualmente sem negociação em Bolsa de Valores, precificadas pelo seu valor patrimonial. As demais aplicações em Renda Variável, conforme a Política de Investimentos do ISBRE são feitas via Fundos de Investimento.

5.3 Fundos de Investimentos**5.3.1 Gestão de Investimentos**

Atualmente, a estrutura operacional de gestão dos recursos em mercado está composta da seguinte forma:



Fundos	Gestor	Em milhares de reais	
		2018	2017
Fundos Exclusivos			
Renda Fixa			
Caingangue FI Renda Fixa	Votorantim Asset Management	34.628	27.906
Minuano FI Renda Fixa	Votorantim Asset Management	182.542	224.737
Xavante FI Renda Fixa	Votorantim Asset Management	383.822	336.335
		600.992	588.978
Multimercado			
Bahia AM Charrua FI Multimercado	Bahia Asset Management	398.042	360.903
		398.042	360.903
		999.034	949.881
Fundos Abertos			
Renda Fixa			
Votorantim Soberano FI RF Ref.DI	Votorantim Asset Management	2.756	1.041
		2.756	1.041
Multimercado			
Adam Macro Strategy II FIC MM	Adam Capital Gestão de Recursos	2.924	-
Adam Macro II FIC MM	Adam Capital Gestão de Recursos	24.468	-
Kapitalo Kappa FIN FIC MM	Kapitalo Investimentos	3.132	-
SPX Nimitz Estruturado FIC MM	SPX Capital	24.422	23.562
		54.946	23.562
Ações			
Bradesco Selection FI Ações	Bradesco Asset Management	8.665	-
Ibiuna Equities 30 FIC Ações	Ibiuna Investimentos	5.830	5.039
JGP Long Only Institucional FIA	JGP Gestão de Recursos Ltda	-	13.536
Oceana Valor FIC Ações	Oceana Investimentos	1.482	1.246
Oceana Selection FIC Ações	Oceana Investimentos	7.169	6.249
Oceana Valor 30 FIC Ações	Oceana Investimentos	3.065	2.579
Santander Seleção 30 FIC Ações	Santander Asset Management	3.630	-
		29.841	28.649
Participações			
Brasil Energia Renovável FIP	Brasil Plural Gestão de Recursos	3.430	3.358
		3.430	3.358
		90.973	56.610
		1.090.007	1.006.491

Aproveitando oportunidades de mercado e em consonância com a Política de Investimentos, no exercício de 2018, foram realizadas as seguintes movimentações de ativos: Venda do estoque residual das ações da Gerdau Aços Especiais S/A e da Gerdau América Latina Participações S/A, pelos respectivos valores registrados no Balanço Patrimonial do Exercício de 2016. No segmento de estruturados, foi ampliada a exposição em fundos multimercado, por meio da alocação direta via carteira própria nos fundos Adam Macro Strategy II FIC Multimercado e Kapitalo Kappa FIN FIC Multimercado. Também foi realizada a transferência do fundo Adam Macro II FIC Multimercado para as carteiras dos planos I e II, mediante a realização de resgate de ativos do fundo Bahia AM Charrua FIM. No segmento renda variável, foi realizado o resgate total do fundo JGP Long Only Institucional FI Ações, sendo realocados os recursos resgatados nos fundos Bradesco Selection FI Ações e Santander Seleção 30.

5.3.2 Classificação dos Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelece o art. 30 da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários do ISBRE em 31 de dezembro de 2018 estão registrados e classificados como demonstrado abaixo:

Plano de Benefícios I

Tipo de título	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Em milhares de reais
			Faixas de vencimento
Renda Fixa			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
LFT	8.776	9.375	Até 360 dias
NTN-B	273.629	339.578	Acima de 360 dias
Títulos compromissados (Over)	79.018	79.025	Prazo indeterminado
Fundos Multimercado	-	42.623	Prazo indeterminado

Fundo de Ações	38.378	64.645	Prazo indeterminado
	399.801	535.246	
Títulos mantidos até o vencimento (valor de curva)			
NTN-B	303.667	361.104	Acima de 360 dias
	303.667	361.104	
Contas a Pagar/Receber	-	(1.124)	
Tesouraria	-	40	
Total Renda Fixa	703.468	895.264	
Renda Variável			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
Ações não negociadas em bolsa	25	174	Prazo indeterminado
Fundo de Ações – FIA	21.644	27.371	Prazo indeterminado
Total Renda Variável	21.669	27.545	
Investimentos Estruturados			
Fundos de Investimento em Participações	6.560	3.169	Prazo indeterminado
Fundos de Investimento em Multimercado	47.328	49.404	Prazo indeterminado
Total Investimentos Estruturados	53.888	52.573	
Total dos Investimentos Mobiliários	779.025	975.382	
<small>NTN-B – Nota do Tesouro Nacional, série B LFT – Letra do Financeira do Tesouro FIA – Fundo de Investimentos em Ações</small>			

Com referência aos títulos a serem mantidos até o vencimento, o Plano de Benefícios I possui capacidade financeira para mantê-los em carteira até o seu resgate. Em 31/12/2018, o valor de avaliação (mercado) desses títulos precificados na curva do papel, é de R\$ 403.542 mil (2017: 340.898 mil). Nesta data, o valor desses títulos, se marcados a mercado, é maior em R\$ 42.438 mil (2017: 25.362 mil).

Plano de Benefícios II

Tipo de título	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Em milhares de reais
			Faixas de vencimento
Renda Fixa			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
LFT	723	772	Até 360 dias
NTN-B	40.243	52.809	Acima de 360 dias
Títulos compromissados (Over)	16.748	16.751	Prazo indeterminado
Fundos Multimercado	-	3.511	Prazo indeterminado
Fundo de Ações	3.162	5.326	Prazo indeterminado
	60.876	79.169	
Títulos mantidos até o vencimento (valor de curva)			
NTN-B	16.186	23.046	Acima de 360 dias
	16.186	23.046	
Contas a Pagar/Receber	-	100	Prazo indeterminado
Tesouraria	-	15	Prazo indeterminado
Total Renda Fixa	77.062	102.130	
Renda Variável			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
Ações não negociadas em bolsa	2	14	Prazo indeterminado
Fundo de Ações – FIA	2.036	2.470	Prazo indeterminado
Total Renda Variável	2.038	2.484	
Investimentos Estruturados			
Fundos de Investimentos em Participações	540	261	Prazo indeterminado
Fundos de Investimentos em Multimercado	5.280	5.543	Prazo indeterminado
Total Investimentos Estruturados	5.820	5.804	
Total dos Investimentos Mobiliários	84.920	110.418	
<small>NTN-B – Nota do Tesouro Nacional, série B LFT – Letra do Financeira do Tesouro FIA – Fundo de Investimentos em Ações</small>			



Com referência aos títulos a serem mantidos até o vencimento, o Plano de Benefícios II possui capacidade financeira para mantê-los em carteira até o seu resgate. Em 31/12/2018, o valor de avaliação (mercado) desses títulos precificados na curva do papel, é de R\$ 26.837 mil (2017: 24.429 mil). Em 31/12/2018, o valor desses títulos, se marcados a mercado, é maior em R\$ 3.792 mil (2017: 2.290 mil).

Plano de Gestão Administrativa - PGA

Tipo de título	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Em milhares de reais	
			Faixas de	vencimento
Renda Fixa				
Títulos para negociação (valor de mercado)				
NTN-B	1.142	1.602	Acima de 360 dias	
Títulos compromissados (Over)	34	34	Prazo indeterminado	
Fundo de Renda Fixa	2.609	2.756	Prazo indeterminado	
Total Renda Fixa	3.785	4.392		
Contas a Pagar/Receber		(2)		
Tesouraria		1		
Total dos Investimentos		4.391		

NTN-B – Nota do Tesouro Nacional, série B

5.3.4 Ajuste dos Títulos Públicos Federais

A Previc emitiu em 04 de fevereiro de 2015 a Instrução nº 19, dispondo sobre os critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro, de que trata a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, bem como do ajuste de precificação de que trata a Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, ambas do Conselho de Gestão da Previdência Complementar.

Este ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento (precificados pela curva do papel), calculados considerando a taxa real de juros de 4,40% a.a., utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil (com marcação pela curva do papel) desses títulos.

O valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, deve ser evidenciado na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, para apuração do equilíbrio técnico ajustado (Nota Explicativa 9.3).

Conforme estabelece o item VI, § 4º do art. 9º da Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, nos quadros a seguir demonstramos o valor do ajuste de precificação.

Para a elaboração do ajuste do Plano de Benefícios I foi utilizada a totalidade dos títulos do plano com marcação pela curva do papel, conforme requisitos estabelecidos pelo artigo 9º da Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015. Já para o Plano de Benefícios II foi utilizada fração de todos os títulos mantidos até o vencimento, correspondente aos Benefícios Concedidos do plano.

Conforme demonstramos no quadro abaixo o valor do ajuste de precificação é a diferença do valor dos títulos mantidos até o vencimento, precificados pela taxa do passivo (4,40% a. a.) e o valor destes títulos precificados pela curva do papel. Com isso, o valor do ajuste ficou em R\$ 56.979 mil para o Plano de Benefícios I e R\$ 423 mil para o Plano de Benefícios II.

Plano de Benefício I

Ativo	Taxa aquisição % a. a	Vencimento	Quantidade	Valor papel na curva (contábil)	Valor a mercado	Em milhares de reais	
						Valor a taxa do passivo	Varição Curva x taxa do passivo
NTN-B	5,289003%	15/05/2023	6.000,00	19.598,51	20.523,04	20.254,97	656,46
NTN-B	5,675359%	15/05/2023	5.000,00	16.101,67	16.988,42	16.879,14	777,47
NTN-B	6,740083%	15/08/2024	4.619,00	14.426,81	16.008,26	16.032,29	1.605,48
NTN-B	7,089008%	15/08/2024	9.238,00	28.411,97	32.016,52	32.064,58	3.652,61
NTN-B	5,249519%	15/08/2026	5.000,00	16.855,22	17.543,77	17.718,90	863,68
NTN-B	5,337393%	15/08/2026	5.000,00	16.769,03	17.543,77	17.718,89	949,86
NTN-B	5,710364%	15/08/2026	5.000,00	16.409,67	17.543,77	17.718,89	1.309,22
NTN-B	6,076646%	15/08/2026	10.000,00	32.133,29	35.087,54	35.437,79	3.304,50
NTN-B	6,003098%	15/08/2026	5.000,00	16.134,73	17.543,77	17.718,89	1.584,16
NTN-B	6,999012%	15/08/2030	9.238,00	27.611,65	32.959,01	33.952,71	6.341,06
NTN-B	6,027480%	15/05/2035	5.000,00	15.883,25	17.817,63	18.785,68	2.902,43
NTN-B	5,668126%	15/05/2035	5.000,00	16.468,12	17.817,63	18.785,68	2.317,56
NTN-B	6,129836%	15/08/2040	9.021,00	28.723,08	33.120,16	35.334,32	6.611,24
NTN-B	5,429738%	15/08/2040	5.000,00	17.271,49	18.357,25	19.584,48	2.312,99
NTN-B	5,778542%	15/08/2040	5.000,00	16.577,84	18.357,25	19.584,47	3.006,63
NTN-B	6,395000%	15/05/2045	9.956,00	30.186,16	36.341,33	39.371,98	9.185,82
NTN-B	6,395000%	15/05/2045	10.403,00	31.541,44	37.972,96	41.139,69	9.598,25
			<u>103.475,00</u>	<u>361.103,93</u>	<u>403.542,08</u>	<u>418.083,35</u>	<u>56.979,42</u>

Plano de Benefícios II

Ativo	Taxa aquisição % a. a	Vencimento	Quantidade	Valor papel na curva (contábil)	Valor a mercado	Em milhares de reais	
						Valor a taxa do passivo	Varição Curva x taxa do passivo
NTN-B	6,740083%	15/08/2024	29,12	90,95	100,92	101,07	10,12
NTN-B	7,089008%	15/08/2024	58,32	179,37	202,11	202,42	23,05
NTN-B	6,999012%	15/08/2030	58,32	174,31	208,06	214,34	40,03
NTN-B	6,129836%	15/08/2040	56,94	181,30	209,05	223,03	41,73
NTN-B	6,395000%	15/05/2045	62,84	190,53	229,38	248,51	57,98
NTN-B	6,395000%	15/05/2045	65,67	199,11	239,72	259,70	60,59
NTN-B	5,778637%	15/08/2050	58,32	194,34	218,07	237,66	43,32
NTN-B	5,949398%	15/08/2050	29,12	94,80	108,89	118,67	23,87
NTN-B	5,949427%	15/08/2050	29,12	94,80	108,89	118,67	23,87
NTN-B	6,427477%	15/08/2050	58,32	178,16	218,06	237,66	59,50
NTN-B	5,849735%	15/08/2050	50,50	166,64	188,83	205,77	39,13
			556,59	1.744,31	2.031,98	2.167,50	423,19

5.4 Investimentos Imobiliários

5.4.1 Edificações Locadas ao Patrocinador

Os valores dos Investimentos Imobiliários encontram-se demonstrados pelo custo de aquisição dos bens, ajustados pelas movimentações de aquisições e vendas durante o exercício, quando houver, além das reavaliações e depreciações.

Os valores das edificações são depreciados pela vida útil remanescente indicada nos respectivos Laudos de Avaliação.

No quadro abaixo demonstramos a depreciação no período, os valores dos imóveis para renda e os valores a receber dos referidos imóveis.

Descrição	Taxa % a.m	Em milhares de reais			
		2018		2017	
		Valor Deprec. no ano	Valor Residual do Imóvel	Valor Deprec. no ano	Valor Residual do Imóvel
Imóvel					
Rua Uruguai, 155 – 111 a 117	0,2778%	12	422	12	434
Rua Uruguai, 155 – 12º andar	0,2778%	83	2.905	83	2.988
Rua Uruguai, 167 – loja e s/loja	0,2778%	63	2.218	63	2.281
Valores de alugueis a receber		-	55	-	53
		158	5.600	158	5.756

5.4.2 Alienação de Imóveis

No exercício de 2018 não foi vendido nenhum imóvel, apenas foram recebidos valores das vendas realizadas anteriormente, demonstrados no quadro abaixo.

5.4.3 Direitos de Alienação de Investimentos Imobiliários

Demonstra os saldos das operações de venda de imóveis realizadas a prazo, os quais são corrigidos pela variação dos índices de inflação e juros convencionados nos respectivos Contratos de Promessa de Compra e Venda e/ou Escrituras. Por solicitação da compradora e após aprovado pelo Conselho Deliberativo na reunião de 14/12/2016, em dezembro de 2016 o contrato de promessa de compra e venda com a Companhia de Informática de Pelotas – Coinpel foi repactuado elevando os juros de 6% para 7% ao ano e acrescentando mais quinze parcelas no final do contrato original.

Imóvel	Prestação	Correção do contrato	Em milhares de reais	
			2018	2017
João Gualberto, 530/570	156/300	INPC + juros de 6% ao ano	10.617	10.826
Félix da Cunha, 610, Pelotas - RS	56/75	INPC + juros de 7% ao ano	130	207
			10.747	11.033

5.4.4 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Estão provisionados os seguintes valores necessários para cobrir os riscos de perda relativos a aluguel, conforme estabelece o item 11 do Anexo A da Instrução da SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Imóvel	Descrição	Em milhares de reais	
		2018	2017
São Luiz, 77 (1)	Multa rescisória	(621)	(621)
		(621)	(621)

(1) Em cobrança judicial.

5.4.5 Segregação dos Imóveis nos Planos de Benefícios

Desde janeiro de 2013, conforme Voto nº 001/2013 – DIRSUP, para a segregação dos imóveis ficou estabelecido percentual fixo, conforme participação de cada plano no fechamento do balanço de 2012, isto é, 96,4051% para o PB I e 3,5949% para o PB II.

5.5 Operações com Participantes

Esta conta registra o saldo dos empréstimos concedidos em consignação aos Participantes Ativos e Assistidos do ISBRE. Os encargos financeiros praticados encontram-se explicitados nos respectivos instrumentos contratuais e são apropriados mensalmente ao resultado.

Indexador	Juros	Em milhares de reais	
		2018	2017
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	6%	823	1.903
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	7%	8.403	6.880
		9.226	8.783
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(228)	(184)
		8.998	8.599

Do montante acima, R\$ 5.719 mil são do PB I e R\$ 3.279 mil são do PB II. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa das Operações com Participantes refere-se à inadimplência de empréstimos a participantes e beneficiários que faleceram. Deste valor R\$ 16 mil são do Plano de Benefícios I e R\$ 212 mil do Plano de Benefícios II. A administração da entidade está tomando as providências jurídicas cabíveis para tentar a cobrança destes valores.

6. ATIVO PERMANENTE

Os valores do Ativo Permanente encontram-se demonstrados pelo custo de aquisição dos bens, ajustados pelas movimentações de aquisições e baixas durante o exercício e são depreciados pelas taxas aprovadas em reunião da Diretoria Executiva do ISBRE, conforme ata nº 003/2016, de 03 de junho de 2016.

Descrição	Taxas depreciação % a.a	Em milhares de reais	
		2018	2017
Imobilizado			
Móveis e Utensílios	10%	57	39
Máquinas e Equipamentos (1)	10% e 25%	40	38
Direitos de Uso de Telefones		2	2
Computadores e Periféricos	20%	286	269
Depreciação Acumulada		(228)	(195)
		157	153
Intangível			
Software	20%	438	436
Benfeitorias	20%	18	14
Amortização Acumulada		(303)	(231)
		153	219
Diferido			
Software	20%	65	66
Benfeitorias	20%	109	109
Amortização Acumulada		(174)	(175)
		-	-
		310	372

(1) 10% para equipamentos eletrônicos e 25% para equipamentos de ar condicionado

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL**7.1 Gestão Previdencial**

Além do saldo da provisão do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre benefícios pagos em dezembro do corrente exercício e que será recolhido em janeiro de 2019, esta conta registra o saldo de pecúlios a pagar e como "outras exigibilidades" valores devidos pelos planos de benefícios ao Plano de Gestão Administrativa referente cobertura de despesas administrativas, conforme previsto no Plano de Custeio e valores devidos à patrocinadora.

7.2 Gestão Administrativa

Registra encargos sobre folhas de pagamento do mês de dezembro de 2018 e 13º salário, além do PIS e COFINS relativo a dezembro de 2018, além de provisões trabalhistas e outros valores a pagar conhecidos ou calculáveis até 31 de dezembro de 2018. As retenções e tributos serão recolhidos em janeiro de 2019.

7.3 Gestão de Investimentos

Demonstra a provisão de valores referente a despesa de custódia, IOF a Recolher sobre concessão de empréstimos e como "outras exigibilidades" valores devidos pelos planos de benefícios ao Plano de Gestão Administrativa referente taxa de administração dos investimentos, conforme previsto no Plano de Custeio.

7.4 Outras Exigibilidades

Em atendimento à letra "k" do item 30 do anexo A da Instrução nº 34 da SPC, de 24 de setembro de 2009, informamos a composição das contas "Outras Exigibilidades".

Descrição	Em milhares de reais	
	2018	2017
Gestão Previdencial		
Depósitos judiciais devidos a patrocinadora	51	51
Devolução de contribuições	-	-
Outros valores devidos entre planos	-	-
Custeio administrativo a pagar (carregamento)	299	293
	350	344
Gestão Administrativa		
Provisões trabalhistas	635	486
Provisões administrativas a pagar	62	84
	697	570
Investimentos		
Custeio administrativo a pagar (Taxa Administrativa)	459	511
	459	511
	1.506	1.425

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL**8.1 Gestão Previdencial**

As provisões contingenciais previdenciais passivas foram calculadas conforme a Resolução CFC nº 1.180/09 e alterações, isto é, as ações judiciais que no entendimento das consultorias jurídicas representam risco de perda provável foram contabilizadas. Aquelas classificadas como possível perda não foram contabilizadas e estão divulgadas nesta Nota Explicativa.

As contingências são classificadas como prováveis quando a chance de o evento ocorrer é maior que 50%, e, como possível, quando o evento tem probabilidade menor do que 50% de ocorrer.

Descrição	Em milhares de reais	
	2018	2017
Provável (contabilizada)	6.652	6.026
Possível (não contabilizada)	2.888	2.581
	9.540	8.607

Os valores acima demonstram o impacto financeiro passado das ações judiciais no final do exercício, considerando 50% da probabilidade de cobrar a contribuição tanto do patrocinador como do participante. O impacto futuro está registrado em Fundo Previdencial conforme demonstrado na Nota Explicativa 9.4.1, abaixo. A totalidade destes valores referem-se ao Plano de Benefícios I.



8.2 Gestão Administrativa

Na área administrativa, o saldo de R\$ 1.434 mil (2017: R\$ 1.435 mil) representa a provisão relativa a ação judicial movida pelo ISBRE contra a Receita Federal do Brasil para recuperar pagamentos de PIS/PASEP e COFINS julgados indevidos. Conservadoramente, o ISBRE optou por fazer depósito judicial das contribuições tidas como devidas pela Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2018, os valores depositados em juízo somam R\$ 1.434 mil (2017: R\$ 1.435 mil).

Situação atual da ação: Aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Fundação ISBRE no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, respectivamente.

Em 01/01/2015, entrou em vigor a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A nova legislação prevê a cobrança do PIS e COFINS sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição, tendo sido publicada sob a égide da EC nº 20/1998, que autoriza o legislador a cobrar o PIS e a COFINS sobre essa base (diferentemente do que ocorria com a Lei nº 9.718/98, publicada anteriormente à EC nº 20/1998, quando a base constitucional para a cobrança de tais contribuições era apenas o faturamento, assim entendido como a receita decorrente da venda de bens e mercadorias e da prestação de serviços). Com isso, a partir de janeiro de 2015, passou-se a recolher PIS e COFINS normalmente, através de guia DARF. Os valores depositados em juízo acima mencionados continuarão sendo discutidos judicialmente.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1 Premissas Atuariais

Conforme metodologia estabelecida pela Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014 e Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, foi realizado o cálculo da "duration" do passivo. A média dos prazos do fluxo de pagamentos dos benefícios do Plano de Benefícios I ficou em 10,37 anos e para o Plano de Benefícios II em 13,23. De acordo com a Portaria Previc nº 375, de 17 de abril de 2017, para estas "durations" pode-se adotar taxa de juros entre 4,38% e 6,66% e 4,37% e 6,65% respectivamente. O Conselho Deliberativo da entidade, em reunião de 14 de setembro de 2017, baseado no relatório da avaliação atuarial realizado pela Mirador Assessoria Atuarial Ltda, estabeleceu a taxa real de juros em 4,40% ao ano para os dois planos de benefícios.

9.2 Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas em bases atuariais e encontram-se fundamentadas em parecer atuarial específico para cada plano de benefícios. As hipóteses e premissas atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício de 2018 e a convergência da taxa de juros ao fluxo futuro de receitas de contribuições e pagamento de benefícios estão detalhadamente descritas nos pareceres atuariais emitidos pela consultoria atuarial do ISBRE, Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

O passivo atuarial, que é expresso pelas Provisões Matemáticas, está composto da seguinte forma:

Plano I – Benefício Definido

Descrição	Em milhares de reais	
	2018	2017
Benefícios Concedidos		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	648.529	594.209
Encargos Futuros	802.175	734.631
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(76.823)	(70.211)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(76.823)	(70.211)
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	62.915	57.550
Encargos Futuros	78.041	71.332
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(7.563)	(6.891)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(7.563)	(6.891)
	711.444	651.759
Benefícios a Conceder		
Benefício Definido Estruturado Regime de Capital. Programada	84.313	136.006
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	105.645	170.348
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(10.666)	(17.171)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(10.666)	(17.171)
Benefício Definido Estruturado Regime de Capital. não Programada	283	359
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	347	439
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(32)	(40)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(32)	(40)
	84.596	136.364

11

	<u>796.040</u>	<u>788.123</u>
Plano II – Contribuição Variável		
Descrição	2018	2017
Benefícios Concedidos		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	1.388	722
Encargos Futuros	1.388	722
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	6.710	5.086
Encargos Futuros	6.710	5.086
Benefícios a Conceder	98.819	80.821
Saldo de Contas – Parcelas Patrocinadoras	40.282	33.116
Saldo de Contas – Parcelas Participantes	58.537	47.705
	106.917	86.629
Total Consolidado (PB I + PB II)	902.957	874.753

No demonstrativo acima, nota-se uma redução significativa nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder no Plano de Benefícios I. Isso ocorreu, principalmente, devido a conclusão do Programa de Estímulo ao Desligamento Voluntário – PEDV, na patrocinadora BRDE, durante o exercício de 2018 e a consequente concessão de benefícios no ISBRE.

9.3 Equilíbrio Técnico

O Superávit Técnico Acumulado do Plano de Benefícios I totalizou no final de 2018 R\$ 194.677 mil (2017: R\$ 142.804 mil). No exercício, o resultado foi superavitário em R\$ 51.873 mil (2017: superávit de R\$ 36.407 mil). Tal resultado adveio basicamente da boa performance dos investimentos no período. Conforme a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, no final do corrente exercício, o Plano de Benefícios I, registrou R\$ 32.523 mil como Reserva Especial para Revisão de Plano.

No Plano de Benefícios II o superávit no final do corrente exercício totalizou R\$ 651 mil (2017: 402 mil). No exercício, o resultado foi superavitário em R\$ 249 mil (2017: 74 mil). Tal resultado adveio basicamente da boa performance dos investimentos no período.

Conforme estabelece o artigo 11 da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, após realizado o cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento os planos apresentaram resultado ajustado conforme quadro abaixo.

Descrição	Em milhares de reais	
	2018	2017
Plano de Benefícios I		
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado		
Resultado Realizado	194.677	142.804
Ajuste de Precificação	56.979	52.623
Equilíbrio Técnico Ajustado	251.656	195.427
Plano de Benefícios II		
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado		
Resultado Realizado	651	402
Ajuste de Precificação	423	344
Equilíbrio Técnico Ajustado	1.074	746

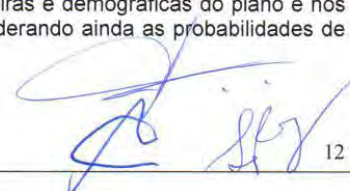
9.4 Fundos

9.4.1 Fundos Previdenciais

- **Plano de Benefícios I**

No Plano de Benefícios I, o Fundo Previdencial registra os valores tidos como necessários para suportar o impacto provável, nas Provisões Matemáticas (reservas), decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de mudanças nos avanços da carreira realizados pelo Patrocinador em 1994 (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes.

O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômico-financeiras e demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando ainda as probabilidades de ocorrência de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.



- **Plano de Benefícios II**

No Plano de Benefícios II, os Fundos Previdenciais de Variações Atuariais e de Benefícios de Risco estão constituídos com base nas regras e disposições regulamentares.

O Fundo de Variações Atuariais é constituído com: i) saldo das contas individuais, em caso de óbito do participante ativo; ii) saldo das contas individuais do participante que passar a receber benefício de aposentadoria por Invalidez; iii) saldo da conta CIV (Conta Individual Vinculada – Contribuição dos Patrocinadores) dos participantes que se retiram do plano exercendo a opção pelo resgate; e iv) saldo das contas individuais do participante sem beneficiários e sem herdeiros, e, revertido para suprir eventuais insuficiências decorrentes dos riscos atuariais

Já o Fundo de Benefícios de Risco é constituído por parte da contribuição dos patrocinadores definida na aprovação do custeio do plano de benefícios e revertido pelos pagamentos de Auxílios Doença e na constituição de Reservas de Benefícios Concedidos, quando da ocorrência de óbitos de participantes ativos. No corrente exercício foi concedido um benefício de pensão (2017: não houve óbitos).

O quadro a seguir demonstra a composição do Fundo Previdencial de cada plano.

Descrição	2018			2017		
	Plano I – BD	Plano II – CV	Consoli dado	Plano I – BD	Plano II – CV	Consoli dado
Fundos Previdenciais						
Variações Atuariais	-	1.712	1.712	-	1.246	1.246
Benefício de Risco	-	4.887	4.887	-	4.784	4.784
Fundo Previdencial	780	-	780	450	-	450
	780	6.599	7.379	450	6.030	6.480

9.4.2 Fundo Administrativo

Para o Plano de Benefício I, a despesa administrativa é suportada pela receita de contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, até o limite de 9% destas, além de taxa administrativa de 0,50% ao ano sobre o montante dos recursos garantidores e pelos rendimentos do Fundo Administrativo do plano. Havendo sobras ou insuficiência, entre este valor e a despesa administrativa realizada, será constituído ou revertido Fundo Administrativo, o qual, em 31 de dezembro de 2018, acumula um saldo de R\$ 2.983 mil (2017: R\$ 2.067 mil).

Para o Plano de Benefícios II, a despesa administrativa é suportada pela receita de contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, até o limite de 4% destas, além de taxa administrativa de 0,50% ao ano sobre o montante dos recursos garantidores e pelos rendimentos do Fundo Administrativo do plano. Havendo sobras ou insuficiência, entre este valor e a despesa administrativa realizada, será constituído ou revertido Fundo Administrativo, o qual, em 31 de dezembro de 2018, acumula um saldo de R\$ 1.750 mil (2017: R\$ 1.323 mil).

Em janeiro de 2018, após análise da assessoria atuarial e aprovação pelo Conselho Deliberativo, a taxa administrativa dos dois planos foi reduzida de 0,60% para 0,50% a.a.

10. RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

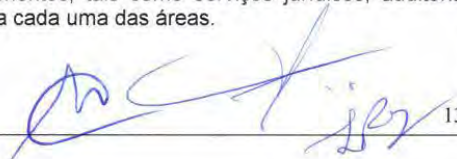
Para o rateio das despesas administrativas comuns aos Planos de Benefícios I (BD) e II (CV) foi adotado o seguinte critério, constante no regulamento do PGA:

- **Pessoal e Encargos**

Constitui Despesa Administrativa Previdencial o custo total dos funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área previdencial, inclusive a Diretoria e Gerência Administrativa e de Previdência. São Despesas Administrativas de Investimento os dispêndios totais com os funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área de investimentos, inclusive a Diretoria e Gerência Financeira e de Investimentos. As demais áreas, como Contabilidade, Tesouraria, Informática, Secretaria e RH, têm seu custo total rateado na razão de 50% para a Área Administrativa e 50% para a Área de Investimentos.

- **Serviços de Terceiros**

Constituem Despesas Administrativas Previdenciais os serviços prestados exclusivamente para a Área Previdencial, tais como a consultoria atuarial. Por sua vez, são Despesas Administrativas de Investimentos os serviços prestados exclusivamente para a Área de Investimentos, tais como consultorias de investimentos, custódia de valores e outros diretamente relacionados com os investimentos. As demais despesas com serviços de terceiros, comuns à Administração Previdencial e de Investimentos, tais como serviços jurídicos, auditoria externa e outros, têm seu custo total rateado na razão de 50% para cada uma das áreas.



- Despesas Gerais

As Despesas Gerais, tais como Treinamento, Viagens e Assinaturas e Mensalidades são alocadas nas respectivas áreas conforme o objetivo do treinamento, viagem ou assinatura. As despesas comuns, tais como Aluguel, Condomínio, Luz e Telefone, entre outras, são rateadas na razão de 50% para a Administração Previdencial e 50% para a Área de Investimentos.

- Rateio entre PB I e PB II

As despesas administrativas específicas são alocadas diretamente a cada plano e as despesas administrativas comuns são rateadas para cada plano de benefícios proporcionalmente ao patrimônio do mesmo.

11. TRANSFERÊNCIAS

11.1 Transferências Interplanos

Conforme estabelece a legislação vigente, além dos Planos de Benefícios, em 2009 foi constituído o Plano de Gestão Administrativa – PGA. O regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE em 08 de dezembro de 2009, estabelece que esse órgão deliberativo, na aprovação do Orçamento e do Plano de Custeio Anual, indica as fontes de custeio para o PGA.

Para o exercício de 2018, o Conselho Deliberativo estabeleceu as seguintes fontes de custeio para as despesas administrativas da entidade: PB I, taxa de carregamento de 9% das contribuições dos Patrocinadores e Participantes e taxa de administração de 0,50% a.a. sobre os Recursos Garantidores. Para o PB II, taxa de carregamento de 4% das contribuições dos Patrocinadores e Participantes e taxa de administração de 0,50% a.a. sobre os Recursos Garantidores.

Abaixo demonstramos o total das despesas com a gestão da entidade e as transferências de recursos entre os planos de benefícios I e II para o PGA, bem como a constituição ou reversão de Fundo Administrativo.

Descrição	Em milhares de reais	
	2018	2017
Plano de Benefícios I		
Despesa Administrativa no exercício	(5.603)	(6.376)
Carregamento (transferência 9% contribuições p/ PGA)	1.546	1.625
Taxa Administrativa (transferência 0,60% dos Recursos Garantidores para o PGA)	4.794	5.438
Rendimento do Fundo Administrativo	179	135
Reversão/(Constituição) de Fundo Administrativo	(916)	(822)
Plano de Benefícios II		
Despesa Administrativa no exercício	(609)	(601)
Carregamento (transferência 9% contribuições p/ PGA)	420	384
Taxa Administrativa (transferência 0,60% dos Recursos Garantidores para o PGA)	506	502
Rendimento do Fundo Administrativo	110	96
Reversão/(Constituição) de Fundo Administrativo	(427)	(381)
Consolidado		
Despesa Administrativa no exercício	(6.212)	(6.977)
Carregamento (transferência 9% contribuições p/ PGA)	1.966	2.009
Taxa Administrativa (transferência 0,60% dos Recursos Garantidores para o PGA)	5.300	5.940
Rendimento do Fundo Administrativo	289	231
Reversão/(Constituição) de Fundo Administrativo	(1.343)	(1.203)

11.2 Fluxos dos Investimentos e Destinação dos Resultados

Após deduzido o custo com a gestão, o resultado dos investimentos de cada plano foi transferido para a Gestão Previdencial, sendo R\$ 112.128 mil (2017: 119.635 mil) para o Plano de Benefícios I e R\$ 11.888 mil (2017: 10.330 mil) para o Plano de Benefícios II.

Por fim, após apuração do resultado da Gestão Previdencial do Plano de Benefícios I, superávit de R\$ 51.873 mil (2017: R\$ 36.407 mil), este foi transferido para o Passivo na conta Superávit Técnico, que em dezembro de 2018 chegou ao montante de R\$ 194.677 mil (2017: R\$ 142.804 mil) e o Plano de Benefícios II, por sua vez, apresentou, no exercício, superávit de R\$ 249 mil (2017: R\$ 74 mil), transferido para o Passivo na conta Superávit

Técnico, que em dezembro de 2018 acumulou R\$ 651 mil (2017: R\$ 402 mil). O superávit apresentado pelo Plano de Benefícios II, ocorreu pela diferença do resultado dos investimentos referentes a parte das Reservas dos Benefícios Concedidos e a atualização destas (variação do INPC), já que a parte das Reservas dos Benefícios a Conceder e os Fundos Previdenciais são atualizados pelo rendimento dos investimentos (variação da cota do plano).

12. SEGREGAÇÃO CONTÁBIL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Para que fosse possível alocar os recursos de cada plano de acordo com suas especificidades e características de suas obrigações, na busca da manutenção do equilíbrio entre os seus ativos e passivos, desde 01/11/2016, a totalidade dos recursos, tanto dos Planos de Benefícios (PB I e PB II) como do Plano de Gestão Administrativa (PGA) são registrados de forma real. Tal metodologia permite a elaboração de Políticas de Investimentos customizadas para cada Plano, possibilitando adequar a alocação de acordo com os estudos de ALM individuais, evitando descompassos na distribuição temporal dos fluxos de ativos e passivos.

A seguir demonstramos a segregação dos Planos de Benefícios em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Descrição	Em milhares de reais							
	2018				2017			
	Plano I - BD	Plano II - CV	PGA	Consolidado	Plano I - BD	Plano II - CV	PGA	Consolidado
Ativo								
Disponível	11	16	2	29	3	6	2	11
Realizável	1.000.093	114.286	6.689	1.121.068	939.304	93.167	5.169	1.037.640
Previdencial	3.231	1	-	3.232	3.203	-	-	3.203
Administrativo	-	-	2.296	2.296	-	-	2.333	2.333
Investimentos	996.862	114.285	4.393	1.115.540	936.101	93.167	2.836	1.032.104
Ações – Carteira Própria	174	14	-	188	208	17	-	225
Fundos de Investimentos	975.210	110.404	4.393	1.090.007	914.021	89.634	2.836	1.006.491
Renda Fixa	527.520	71.835	4.393	603.748	530.150	57.033	2.836	590.019
Ações	27.371	2.470	-	29.841	26.483	2.166	-	28.649
Multimercado	417.150	35.838	-	452.988	354.286	30.179	-	384.465
Participações	3.169	261	-	3.430	3.102	256	-	3.358
Imóveis	15.759	588	-	16.347	16.185	604	-	16.789
Aluguel	5.398	202	-	5.600	5.549	207	-	5.756
Vendidos a Prazo	10.361	386	-	10.747	10.636	397	-	11.033
Empréstimos	5.719	3.279	-	8.998	5.687	2.912	-	8.599
Permanente	-	-	309	309	-	-	372	372
	1.000.104	114.302	7.000	1.121.406	939.307	93.173	5.543	1.038.023
Passivo								
Exigível Operacional	1.955	135	833	2.923	1.904	111	718	2.733
Previdencial	1.538	87	-	1.625	1.431	63	-	1.494
Administrativo	-	-	830	830	-	-	717	717
Investimentos	417	48	3	468	473	48	1	522
Exigível Contingencial	6.652	-	1.434	8.086	6.026	-	1.435	7.461
Previdencial	6.652	-	-	6.652	6.026	-	-	6.026
Administrativo	-	-	1.434	1.434	-	-	1.435	1.435
Patrimônio Social	991.497	114.167	4.733	1.110.397	931.377	93.062	3.390	1.027.829
Patrimônio Cobertura								
Plano	990.717	107.568	-	1.098.285	930.927	87.032	-	1.017.959
Provisão Matemática	796.040	106.917	-	902.957	788.123	86.630	-	874.753
Benefícios Concedidos	711.444	8.098	-	719.542	651.759	5.809	-	657.568
Benefícios a Conceder	84.596	98.819	-	183.415	136.364	80.821	-	217.185
Equilíbrio Técnico	194.677	651	-	195.328	142.804	402	-	143.206
Fundos	780	6.599	4.733	12.112	450	6.030	3.390	9.870
Previdencial	780	6.599	-	7.379	450	6.030	-	6.480
Administrativo	-	-	4.733	4.733	-	-	3.390	3.390
PB I	-	-	2.983	2.983	-	-	2.067	2.067
PB II	-	-	1.750	1.750	-	-	1.323	1.323
	1.000.104	114.302	7.000	1.121.406	939.307	93.173	5.543	1.038.023

13. ATIVO CONTINGENCIAL

O ISBRE, atendendo ao artigo 7º do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, entre novembro de 1986 e setembro de 1987, adquiriu compulsoriamente Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND no valor de 30% das Reservas Matemáticas. Tal Fundo era gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.


Conforme artigo 10º da Lei nº 7.738, de 09 de março de 1989, estes títulos deveriam ser corrigidos pela OTN até janeiro de 1989 e pela variação do IPC a partir de fevereiro de 1989. Posteriormente, com a publicação da Lei nº 8.177, de 04 de março de 1991, artigo 38, estes títulos passaram a ser reajustados pela Taxa Referencial – TR. Entretanto, o gestor corrigiu as OFNDs pela BTN no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, em vez do IPC.

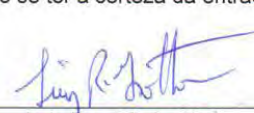
O ISBRE é parte de ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, objetivando o recálculo relacionado à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

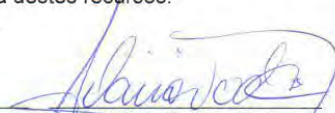
Em 31/12/2010, através de Medida Provisória 517/10, posteriormente convertida na Lei 12.431/11, o FND foi extinto, passando a União Federal sua sucessora em todos os direitos e obrigações. Por esta razão, e apesar da condenação ter sido imposta originalmente ao FND, foi a execução direcionada à sua sucessora, a União Federal.

Após 20 anos de tramitação do processo, em 30 de junho de 2011, a ABRAPP deu início à execução de sentença do débito principal, solicitando a execução coletiva da sentença. Entretanto, o juiz do 1º grau e o TRF da 2ª região, decidiram que a execução de sentença deveria ser proposta individualmente pelas entidades. Em 27 de novembro de 2015 a ABRAPP, em atenção ao TRF da 2ª região, entrou com AÇÃO DE LIQUIDAÇÃO POR ARTIGOS DE TÍTULO JUDICIAL oriundo do Processo nº 0123902-36.1991.4.02.5101 (antigo 91.0123902-3) que teve curso na 23ª Vara Federal pela Autora contra a UNIÃO FEDERAL, do grupo de associadas em que o ISBRE faz parte.

Em que pese o “trânsito em julgado” do mérito em 28 de setembro de 2008, o valor correspondente a essa ação não foi reconhecido em resultado por não existirem evidências categóricas quanto à data e valor de liquidação (processo ainda em fase de execução). À luz da Resolução CFC 1.180/09, a entidade não deve, em princípio, reconhecer nas demonstrações contábeis a existência de um ativo contingente, reconhecendo apenas quando for provável a entrada dos recursos econômicos. Em 14 de outubro de 2011, a Superintendência Nacional da Previdência Complementar – PREVIC, órgão de controle e fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, encaminhou o ofício nº 4679/2011/CGMC/DIACI determinando que não se efetuasse o registro contábil desse ativo contingencial até não se ter a certeza da entrada destes recursos.


Argus Ruy Guex de Oliveira
Diretor Presidente, Administrativo
e de Previdência
CPF 176.060.390-20


Luiz Rogério Isotton
Diretor Financeiro e de
Investimentos
CPF 676.102.770-53


Hilário Todeschini
Contador - CRC/RS
40.688
CPF 337.171.250-87

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS I



MIRADOR 0259/2019

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2019

Ao
 Ilmo Sr. Argus Ruy Guex de Oliveira
 M.D. Diretor Presidente da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE
 Rua Uruguai, 155/14º andar
 Nesta Capital

Ref.: PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS I (BD)

1 OBJETIVO

O presente parecer tem por objetivo apresentar Parecer Atuarial da MIRADOR relativo aos resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2018 do Plano de Benefícios I (PB-I), administrado pelo ISBRE - Fundação BRDE de Previdência Complementar.

O PB-I é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) nº 1979.0012-19 e estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

A Avaliação Atuarial, conforme disposto no item 9 do Anexo da Resolução CGPC nº 18/2006, é o estudo técnico desenvolvido por atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como dimensionar o montante das reservas (provisões) matemáticas e fundos previdenciais.

Para este fim, a Avaliação Atuarial é realizada tendo por base o grupo de assistidos e beneficiários do plano previdenciário, bem como hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, estabelecidas previamente e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em reunião realizada em 17/09/2018, com base em estudos de adequação das hipóteses (premissas) específicos para o plano.

2 BASE CADASTRAL

Para fins da avaliação atuarial do PB-I, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pelo ISBRE, com data-base em 31/12/2018. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados suficientes e adequados para o estudo.



Página 1

Rua Riachuelo, 1030/906 | CEP 90010-272 | Porto Alegre - RS | Fone/Fax: (51) 3228-6991 | www.mirador-atuarial.com.br



Participantes	dez/17	dez/18
Ativos	109	67
Auxílio-Doença	2	4
Benefício Proporcional Diferido	0	0
Frequência Total	111	71
Idade Média (em anos)	60	59
Tempo Médio de Contribuição (em meses)	421	426
Tempo Médio para Aposentadoria (em meses)	9	9
Aposentados	dez/17	dez/18
Aposentadoria por Tempo de Serviço	341	376
Aposentadoria por Invalidez	13	13
Aposentadoria por Idade	8	7
Aguardando Pensão	2	2
Aposentadoria Proporcional Diferida	2	2
Frequência Total	366	400
Idade Média (em anos)	71	70
Valor Médio de Benefício (em R\$)	11.664,68	11.578,44
Pensionistas	dez/17	dez/18
<i>Pensão de Ativo</i>	13	12
<i>Pensão de Assistido</i>	76	80
Frequência Total de Pensionistas	89	92
Frequência de Grupos de Pensão	85	87
Idade Média (em anos)	69	72
Valor Médio de Benefício por pensionista (em R\$)	5.054,08	5.373,37

3 REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Os regimes financeiros e métodos de financiamento foram mantidos os mesmos do exercício anterior e atendem às exigências da Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006. Os benefícios de aposentadoria (inclusive por invalidez), pensão e pecúlio foram estruturados sob o regime financeiro de Capitalização utilizando o método do Prêmio Nivelado Individual. Já os benefícios de auxílio doença e auxílio reclusão, em função de suas características, foram estruturados sob o regime financeiro de Repartição Simples.





4 HIPÓTESES ATUARIAIS

4.1 Hipóteses (premissas) adotadas

Abaixo são listadas as hipóteses (premissas) adotadas na Avaliação Atuarial do PB-I de encerramento do exercício de 2018.

- Taxa Real de Juros: 4,40% a.a.
- Teto de Benefício hipotético do INSS: R\$ 5.408,36
- Taxa de Crescimento Real da Suplementação (base contributiva): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (até a sua concessão): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): Nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 (suavizada em 10%) segregada por sexo
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85 segregada por sexo
- Tábua de Rotatividade: nula
- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE
- Fator de Capacidade dos salários e benefícios: 98,2%
- Taxa de Carregamento: 9% (percentual incidente sobre a soma das contribuições)
- Plano de custeio (ativos): 17,00% do valor da suplementação projetada (paritário)
- Plano de custeio (assistidos): 11,30% do valor da suplementação (paritário)

4.2 Testes de adequação das hipóteses (premissas)

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2018 foram realizados os estudos de adequação das hipóteses (premissas) utilizadas no PB-I. Os testes contemplaram as análises das Tábuas de Mortalidade (Geral e de Inválidos), Tábua de Entrada em Invalidez, Fatores de Determinação, Crescimento de Salários/Benefícios, Rotatividade, Composição Familiar e Taxa Real de Juros.

Os estudos de adequação das hipóteses (premissas) foram realizados em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, quando da realização de estudos técnicos de que tratam os itens 2.4 e 4.1 do Anexo à Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e foram apresentados nas correspondências MIRADOR 1136/18 (estudos de aderência) e MIRADOR 1145/18 (estudos de convergência).

4.3 Alterações nas hipóteses (premissas)

Não houve alteração de hipóteses do PB-I para o exercício de 2018 em comparação ao exercício de 2017.





5 EQUILÍBRIO TÉCNICO E SOLVÊNCIA DO PLANO

A situação de equilíbrio técnico do PB-I ao término do exercício social de 2018, mais precisamente na data base de 31/12/2018, é apresentada abaixo.

Patrimônio de Cobertura	990.717.259,73
Provisões Matemáticas	796.040.451,37
(+) Passivo Atuarial	796.040.451,37
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	194.676.808,36
(+/-) Ajuste Precificação	56.979.424,71
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	251.656.233,07

Conforme demonstrado no quadro acima, o plano apresenta, em 31/12/2018, um superávit técnico acumulado de R\$ 194.676.808,36, equivalente a 24,46% das suas Provisões Matemáticas. Considerando o ajuste de precificação da carteira de títulos públicos federais do plano, apurado em R\$ 56.979.424,71, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 251.656.233,07.

Considerando o disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado contábil superavitário (superávit técnico acumulado) do plano de benefícios deve ser destinado à constituição da Reserva de Contingência, para garantia dos benefícios contratados em face de eventos futuros e incertos, até o limite calculado em função da duração do passivo do plano.

No caso do PB-I, em que a duração do passivo é de 10,37 anos, em 31/12/2018, o citado limite é de 20,37% das Provisões Matemáticas estruturadas na modalidade de benefício definido - BD, o que equivale a um limite monetário de R\$ 162.153.439,94. Portanto, a parcela do superávit técnico acumulado que ultrapassa esse limite, apurada no encerramento de 2018 em R\$ 32.523.368,42, deve ser alocada como Reserva Especial do plano.

Por fim, por ser o primeiro exercício fiscal com formação de Reserva Especial, não há obrigatoriedade em distribuição de superávit técnico, conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2018.





6 RENTABILIDADE LÍQUIDA DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos investimentos do PB-I no exercício de 2018 foi de 12,89%, sendo que a rentabilidade líquida da taxa de administração e despesas diretas de investimentos foi de 12,34%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o PB-I deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida da Taxa Real de Juros do plano. Tal indicador, considerando a Taxa Real de Juros definida como meta na avaliação atuarial do exercício anterior (Dezembro/2017), totalizou em 7,99%, o que significa dizer que a rentabilidade líquida auferida foi de 4,36 pontos percentuais acima desse indicador. Portanto, a retorno dos investimentos alcançou 154% da meta atuarial.

Cabe destacar que a rentabilidade auferida acima da meta atuarial para o período resultou em uma elevação expressiva do resultado técnico (contábil) superavitário do plano.

7 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2018 as despesas administrativas do PB-I totalizaram R\$ 5.603.642,85, que corresponde a 0,56% dos recursos garantidores do plano no dia 31/12/2018. Conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGCP nº 29/2009, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do PB-I. Portanto, pode-se concluir que as despesas administrativas do PB-I se situaram abaixo do limite estabelecido no PGA.

8 FUNDO ADMINISTRATIVO

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o PB-I. Em 31/12/2018, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 2.982.877,66. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos no Fundo Administrativo, recomenda-se que o PB-I utilize ao longo do ano de 2019 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- Taxa de Carregamento: 9,00% (nove por cento) dos valores das receitas contributivas do PB-I;
- Taxa de Administração: 0,50% ao ano, descontada mensalmente, à razão de 1/12, incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-I, conforme definidos na Resolução CMN nº 4.661/2018; e
- Fundo Administrativo: suportará ao longo do exercício de 2019 as eventuais necessidades de recursos para atender as despesas incorridas, nos casos de insuficiência decorrente das fontes "Taxa de Carregamento" e "Taxa de Administração" definidas anteriormente.





9 PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido para o exercício de 2019, conforme discriminado abaixo:

- Participantes Ativos: 17,00% (dezessete por cento) do valor da suplementação projetada, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes e as patrocinadoras (folha de suplementação projetada), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I; e
- Participantes Assistidos: 11,30% (onze vírgula trinta por cento) do valor da suplementação efetivamente percebida, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes assistidos e as patrocinadoras (folha de suplementação), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I.

10 FUNDOS PREVIDENCIAIS

O PB-I mantém um Fundo Previdencial que visa suportar o impacto econômico e atuarial provável de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de avanços na carreira (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes.

O método de avaliação desse Fundo se fundamenta nas hipóteses econômicas / financeiras / demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando as probabilidades de ocorrências de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

11 PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial do Plano de Benefícios I foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade que, após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações, foram considerados adequados para o estudo. Verifica-se que a situação cadastral demonstra que o PB-I encontra-se em progressivo processo de transição da massa de participantes, na direção da atividade para a inatividade dado que o plano encontra-se fechado para novos entrantes.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior e atendem às exigências da Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006.

No encerramento do exercício de 2018, o PB-I apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 194.676.808,36, que representa 24,46% das suas respectivas Provisões Matemáticas. Conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, até o limite de 20,37% das Provisões Matemáticas, montante equivalente a R\$ 162.153.439,94, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado em Reserva de Contingência, devendo a parcela do superávit que ultrapassar este limite ser alocada como Reserva Especial do plano de benefícios.





Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do PB-I, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o plano apresenta em 31/12/2018 situação superavitária, sendo que o superávit apresentado resultou em constituição de Reserva Especial. Contudo, por ser o primeiro exercício fiscal com formação de Reserva Especial, não há obrigatoriedade em distribuição de Superávit Técnico, conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2018.

Este é, prezado senhor, o nosso parecer.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.


Sérgio Rangel Guimarães
Consultor Sênior
Atuário MIBA 0743

SERGIO RANGEL Assinado de forma digital
GUIMARAES:46756302000 por SERGIO RANGEL
56302000 Dados: 2019.02.25
18:23:54 -03'00'


Fabrizio Krappf Costa
Diretor de serviços atuariais
Atuário MIBA 2481

FABRIZIO KRAPPF Assinado de forma digital
COSTA:02211261043 por FABRIZIO KRAPPF
1043 Dados: 2019.02.25 18:11:44
-03'00'



Página 2

Rua Riachuelo, 1038/906 | CEP 90010-272 | Porto Alegre - RS | Fone/Fax: (51) 3228-6991 | www.mirador-atuarial.com.br

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II



MIRADOR 0260/2019

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2019

Ao
 Ilmo Sr. Argus Ruy Guex de Oliveira
 M.D. Diretor Presidente da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE
 Rua Uruguai, 155/14º andar
 Nesta Capital

Ref.: PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II (CV)

1 OBJETIVO

O presente parecer tem por objetivo apresentar Parecer Atuarial da MIRADOR relativo aos resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2018 do Plano de Benefícios II (PB-II), administrado pelo ISBRE - Fundação BRDE de Previdência Complementar.

O PB-II é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) nº 2001.0024-83 e estruturado na modalidade de Contribuição Variável, conjugando características de plano de contribuição definida - CD e de plano de benefício definido - BD, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

A Avaliação Atuarial, conforme disposto no item 9 do Anexo da Resolução CGPC nº 18/2006, é o estudo técnico desenvolvido por atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como dimensionar o montante das reservas (provisões) matemáticas e fundos previdenciais.

Para este fim, a Avaliação Atuarial é realizada tendo por base o grupo de assistidos e beneficiários do plano previdenciário, bem como hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, estabelecidas previamente e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em reunião realizada em 17/09/2018, com base em estudos de adequação das hipóteses (premissas) específicos para o plano.

2 BASE CADASTRAL

Para fins da avaliação atuarial do PB-II, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pelo ISBRE, com data-base em 31/12/2018. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados suficientes e adequados para o estudo.



Página 1

Rua Riachuelo, 1030/906 | CEP 90010-272 | Porto Alegre - RS | Fone/Fax: (51) 3228-6991 | www.mirador-atuarial.com.br



Participantes	dez/17	dez/18
Ativos	332	340
Autopatrocinados	10	12
Auxílio-Doença	2	0
Benefício Proporcional Diferido	1	1
Frequência Total	345	353
Idade Média (em anos)	43	43
Tempo Médio de Contribuição (em meses)	108	115
Tempo Médio para Aposentadoria (em meses)	193	183
Cancelado	2	3
Aposentados	dez/17	dez/18
Aposentadoria Normal	1	2
Frequência Total	1	2
Idade Média (em anos)	55	57
Valor Médio de Benefício (em R\$)	3.166,83	3.094,19
Pensionistas	dez/17	dez/18
Frequência Total de Pensionistas	12	15
Frequência de Grupos de Pensão	4	5
Idade Média (em anos)	28	28
Valor Médio de Benefício por pensionista (em R\$)	6.146,28	2.143,35

3 REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Os regimes financeiros e métodos de financiamento foram mantidos os mesmos do exercício anterior e atendem às exigências da Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006. Os benefícios não programados (benefícios de risco) de renda por invalidez e de pensão foram estruturados sob o regime financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura e o benefício de auxílio doença foi estruturado sob o regime financeiro de Repartição Simples. Os benefícios programados (aposentadoria) são estruturados sob o regime financeiro de Capitalização, considerando o método de financiamento de Capitalização Financeira.

4 HIPÓTESES ATUARIAIS

4.1 Hipóteses (premissas) adotadas

Abaixo são listadas as hipóteses (premissas) adotadas na Avaliação Atuarial do PB-II de encerramento do exercício de 2018.





- Taxa Real de Juros: 4,40% a.a.
- Parcela Previdencial: R\$ 4.316.49
- Fator de Capacidade dos salários: não aplicável
- Fator de Capacidade dos benefícios: 100%
- Taxa de Crescimento Real de Salários: não aplicável
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): não aplicável
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 (suavizada em 10%) segregada por sexo
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85 segregada por sexo
- Tábua de Rotatividade: não aplicável
- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE para fins de apuração dos custos dos benefícios de risco. Para apuração dos compromissos com benefícios concedidos, considera-se a composição da família real, conforme cadastro do ISBRE.

4.2 Testes de aderência das hipóteses (premissas)

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2018 foram realizados os estudos de adequação das hipóteses (premissas) utilizadas no PB-II. Os testes contemplaram as análises das Tábuas de Mortalidade (Geral e de Inválidos), Tábua de Entrada em Invalidez, Fatores de Determinação, Composição Familiar e Taxa Real de Juros.

Os estudos de adequação das hipóteses (premissas) foram realizados em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, quando da realização de estudos técnicos de que tratam os itens 2.4 e 4.1 do Anexo à Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e foram apresentados nas correspondências MIRADOR 1136/18 (estudos de aderência) e MIRADOR 1145/18 (estudos de convergência).

4.3 Alterações nas hipóteses (premissas)

Para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2018, houve a alteração de um dos parâmetros da premissa de família média, considerando uma diferença de idade entre o titular e o cônjuge de 2 anos (sendo o sexo masculino mais velho do que o sexo feminino), em substituição à diferença de 4 anos, utilizada no encerramento do exercício de 2017. Tal alteração não tem impacto nos Passivos Atuariais do plano, sendo utilizada especificamente para fins de apuração dos custos dos benefícios de risco.

5 EQUILÍBRIO TÉCNICO E SOLVÊNCIA DO PLANO

A situação de equilíbrio técnico do PB-II ao término do exercício social de 2018, mais precisamente na data base de 31/12/2018, é apresentada abaixo.





Patrimônio de Cobertura	107.567.650,92
Provisões Matemáticas	106.916.585,03
(+) Passivo Atuarial	106.916.585,03
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado	651.065,89
(+/-) Ajuste Precificação	423.188,87
(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)	1.074.254,76

Conforme demonstrado no quadro acima, o plano apresenta, em 31/12/2018, um superávit técnico acumulado de R\$ 651.065,89, equivalente a 8,04% das suas Provisões Matemáticas estruturadas na modalidade benefício definido - BD. Considerando o ajuste de precificação da carteira de títulos públicos federais do plano, apurado em R\$ 423.188,87, o resultado técnico ajustado do plano permanece superavitário em R\$ 1.074.254,76.

Considerando o disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado contábil superavitário (superávit técnico acumulado) do plano de benefícios deve ser destinado à constituição da Reserva de Contingência, para garantia dos benefícios contratados em face de eventos futuros e incertos, até o limite calculado em função da duração do passivo do plano.

No caso do PB-II, em que a duração do passivo é de 13,23 anos, em 31/12/2018, o citado limite é de 23,23% das provisões matemáticas estruturadas na modalidade de benefício definido - BD, o que equivale a um limite de R\$ 1.881.133,42. Estando o resultado superavitário do PB-II abaixo desse limite, o superávit acumulado do plano deve ser integralmente contabilizado como Reserva de Contingência.

6 ANÁLISE DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos investimentos do PB-II no exercício de 2018 foi de 12,74%, sendo que a rentabilidade líquida da taxa de administração e despesas diretas de investimentos foi de 12,22%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o PB-II deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida da Taxa Real de Juros do plano. Tal indicador, considerando a Taxa Real de Juros definida como meta na avaliação atuarial do exercício anterior (Dezembro/2017), totalizou em 7,99%, o que significa dizer que a rentabilidade líquida auferida foi de 4,24 pontos percentuais acima desse indicador. Portanto, a retorno dos investimentos alcançou 153% da meta atuarial.

Cabe destacar que a rentabilidade auferida acima da meta atuarial para o período resultou em uma elevação expressiva do resultado técnico (contábil) superavitário do plano.





7 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2018 as despesas administrativas do PB-II totalizaram R\$ 609.170,93, que corresponde a 0,53% dos recursos garantidores do plano no dia 31/12/2018. Conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGCP nº 29/2009, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do plano. Portanto, pode-se concluir que as despesas administrativas do PB-II se situaram abaixo do limite estabelecido no PGA.

8 FUNDO ADMINISTRATIVO

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o PB-II. Em 31/12/2018, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 1.749.877,66. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos no Fundo Administrativo, recomenda-se que o PB-II adote em 2019 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- Taxa de Carregamento: 4% (quatro por cento) dos valores das receitas contributivas vertidas ao PB-II;
- Taxa de Administração: 0,50% ao ano, descontada mensalmente, à razão de 1/12, incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-II, conforme definidos na Resolução CMN nº 4.661/2018; e
- Fundo Administrativo: suportará ao longo do exercício de 2019 as eventuais necessidades de recursos para atender as despesas incorridas, nos casos de insuficiência decorrente das fontes "Taxa de Carregamento" e "Taxa de Administração" definidas anteriormente.

9 PLANO DE CUSTEIO

Recomenda-se a adoção do seguinte plano de custeio para o exercício de 2019:

- Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição;
- Patrocinadoras: paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário de Contribuição; e
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: tendo vista o resultado apurado na avaliação atuarial, será equivalente a 2,53% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras.

10 FUNDOS PREVIDENCIAIS

O PB-II mantém um fundo previdencial denominado "Fundo de Benefício de Risco", formado a partir das contribuições normais dos Patrocinadores para este fim e que se destina a suprir parte dos recursos necessários ao pagamento dos benefícios de risco, no valor de R\$ 4.887.131,39, em 31/12/2018, e um fundo previdencial denominado "Fundo de Variações Atuariais", formado por





eventuais sobras das contas individuais e que tem por objetivo suprir insuficiências decorrentes dos riscos atuariais, no valor de R\$ 1.712.146,22 em 31/12/2018.

11 PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial do Plano de Benefícios II foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade que, após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações, foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior e atendem às exigências da Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006, sendo apenas alterada a premissa de composição familiar média utilizada para fins de apuração dos custos dos benefícios de risco do plano.

No encerramento do exercício de 2018, o PB-II apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 651.065,89, que representa 8,04% das Provisões Matemáticas referente a parcela BD. Conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, até o limite de 23,23% das Provisões Matemáticas, montante equivalente a R\$ 1.881.133,42, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado como Reserva de Contingência.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do PB-II, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o plano apresenta em 31/12/2018 situação de Equilíbrio Técnico, visto que o superávit não supera o limite definido na Resolução CGPC nº 26/2008.

Este é, prezado senhor, o nosso parecer.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.


Sérgio Rangel Guimarães
Consultor Sênior
Atuário MIBA 0743

SERGIO RANGEL
GUIMARAES:46
756302000

Assinado de forma digital
por SERGIO RANGEL
GUIMARAES:46756302000
Dados: 2019.02.25
18:24:45 -03'00'


Fabrício Krappf Costa
Diretor de serviços atuariais
Atuário MIBA 2481

FABRIZIO KRAPPF
COSTA:02211261
043

Assinado de forma digital por
FABRIZIO KRAPPF
COSTA:02211261043
Dados: 2019.02.25 18:12:24 -03'00'



Página 6

Rua Riachuelo, 1030/906 | CEP 90010-272 | Porto Alegre - RS | Fone/Fax: (51) 3228-6991 | www.mirador-atuarial.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE
Porto Alegre/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidadas da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE**, e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

a) Ajuste de Precificação

a.1) Plano de Benefícios I - BD

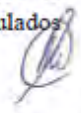
Chamamos a atenção para a Nota 5.3.4, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios I - BD. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados

Exacto Auditoria

Rua Florêncio Ygartua, 53, cj 101, CEP 90.430-010, Porto Alegre, RS Brasil
Fone: +(55) (51) 3331.2466 / +(55) (51) 99275.1839

PORTO ALEGRE, RS

Página 1 de 4


exacto@exacto.com.br
www.exacto.com.br



considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2018, apresentou resultado positivo de R\$56.979 mil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

a.2) Plano de Benefícios II - CV

Chamamos a atenção para a Nota 5.3.4, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano de Benefícios II - CV. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2018, apresentou resultado positivo de R\$423 mil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 06 de março de 2018, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, com ênfase sobre os mesmos assuntos do parágrafo de ênfase acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, somos requeridos a comunicar esse fato. Até a data de emissão do nosso relatório, não havíamos recebido o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, em virtude de o mesmo não estar concluído, visto que depende inclusive de manifestação desta auditoria, pelo que nada temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles

Exacto Auditoria

Rua Florêncio Ygartua, 53, cj 101, CEP 90.430-010, Porto Alegre, RS Brasil
Fone: +(55) (51) 3331.2466 / +(55) (51) 99275.1839

PORTO ALEGRE, RS

Página 2 de 4

exacto@exacto.com.br
www.exacto.com.br



internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Exacto Auditoria

Rua Florêncio Ygartua, 53, cj 101, CEP 90.430-010, Porto Alegre, RS Brasil
Fone: +(55) (51) 3331.2466 / +(55) (51) 99275.1839

PORTO ALEGRE, RS

Página 3 de 4

exacto@exacto.com.br
www.exacto.com.br



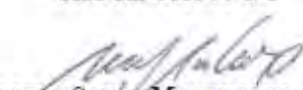
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2019.

EXACTO AUDITORIA S/S

CRC RS-001544/O-3


MARCELO SOUZA MARQUES DO COUTO
CONTADOR CRC RS-50.671

MARCELO SOUZA Assinado de forma digital
MARQUES DO por MARCELO SOUZA
COUTO:456496420 MARQUES DO
87 COUTO:45649642087
Dados: 2019.02.26 15:31:31
-03'00'

PARECER DO CONSELHO FISCAL




PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, após o exame do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2018 e demais Demonstrações Contábeis, embasados nos Pareceres Atuariais da MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA e no Relatório sobre as Demonstrações Contábeis da EXACTO AUDITORIA S/S, bem como nas informações, dados e documentos apresentados pela Diretoria Executiva da Fundação, declaram que os elementos oferecidos apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ISBRE em 31/12/2018, razão pela qual são de parecer que as mesmas sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2019.


 THAÍS PAOLA GRANDI
 Presidente


 GUILHERME B. FERREIRA


 FERNANDO L. MOTTA DOS SANTOS


 ROGÉRIO GOMES-PENETRA


 ANDRÉ LUÍS MOLLER


 ITAGIBE BARBOSA LOHMANN


 RAFAEL CARNEIRO ABRAHÃO

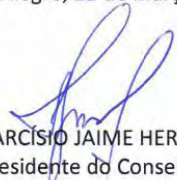
PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

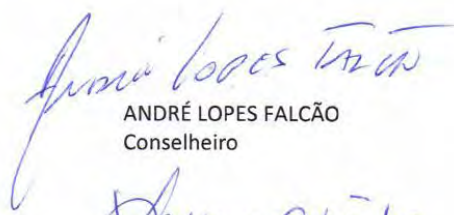



PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, em cumprimento ao que estabelece o artigo 24, item VII, do Estatuto Social, com base no Parecer do Conselho Fiscal do ISBRE, emitido na data de 27 de fevereiro de 2019, aprovam o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL, por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL, por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano – DPT, por Plano de Benefícios, e a Prestac o de Contas do Exercício Social de 2018.


Porto Alegre, 12 de març o de 2019.


TARCISIO JAIME HERDT
Presidente do Conselho


ANDRÉ LOPES FALCÃO
Conselheiro


LISIANE MALDANER A. DE LIMAS
Conselheira


LAURO NESTOR RENCK
Conselheiro


WERNER TSCHOEKE
Conselheiro

ISBRE
FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR



40 anos de dedicação a você!

Rua Uruguai, 155 | Conj. 1401 | CEP: 90.010-140 | Porto Alegre/RS
Fone: (51) 3227.3100 | 3014.8700 – Fax: (51) 3227.3309 | 3014-8705
Site: www.isbre.com.br | E-mail: isbre@isbre.com.br